

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
 - 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 1.2 - Solenidade Realizada na 15ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Comemoração do Dia Internacional da Mulher
 - 1.3 - 1ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 1.4 - 2ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 1.5 - Reunião de Comissões
- 2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 2.1 - Comissão
- 3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE
- 4 - MANIFESTAÇÕES
- 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 6 - ERRATA



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 17/3/2011

Presidência do Deputado Neider Moreira

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Cássio Soares - Dalmo Ribeiro Silva - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luzia Ferreira - Neider Moreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Neider Moreira) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 22/3/2011.).

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2011

Presidência do Deputado José Henrique e da Deputada Ana Maria Resende

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Maria Coeli Simões Pires - Exibição de vídeo - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Exibição de vídeo - Palavras da Deputada Liza Prado - Exibição de vídeo - Palavras da Deputada Luzia Ferreira - Exibição de vídeo - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Exibição de vídeo - Palavras da Deputada Rosângela Reis -



Apresentação musical - Palavras da Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet - Palavras da Sra. Carmem Rocha Dias - Palavras da Sra. Marlise Matos.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a uma reflexão acerca do tema "Mulher - violência, saúde, trabalho, educação e poder".

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Deputadas Ana Maria Resende, Vice-Presidente da Comissão de Redação; Liza Prado, Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Luzia Ferreira, Vice-Presidente da Comissão de Cultura; Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública; e Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais; Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; Carmem Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; e Marlise Matos, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Chefe do Departamento de Ciências Políticas da UFMG.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença das Exmas. Sras. Gláucia Brandão, Subsecretária de Direitos Humanos; Marília de Souza Pereira, Presidente da OAB Mulher; Margaret de Freitas Assis Rocha, Chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e ao Portador de Deficiência; Suzane Almada, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Santa Luzia; Elaine Matozinhos, Vereadora por Belo Horizonte; Ana Lúcia de Oliveira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB-MG; e Luciana Crepaldi, Assessora de Políticas da Mulher da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, representando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; do Exmo. Sr. Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, Presidente do Conselho Estadual do Idoso; de representantes de alguns projetos sociais: Projeto Clumir Terceira Idade; Associação de Mulheres Empreendedoras e Filhos - Amef -; Projeto Girassol, Jardim Filadélfia; Grupo União Santana, Terceira Idade; Conselho Municipal da Mulher de Congonhas; Conselho Municipal da Mulher de Santa Luzia; Associação das Mães de Minas; Movimento de Economia Solidária - Ecosol -; Conselho Municipal de Mulheres de Brumadinho; Projeto Circuito pela Saúde de Santa Luzia, 100% Adrenalina; Coordenadoria-Geral do Centro de Referência da Cultura da Mulher Negra de Minas Gerais; das Exmas. Sras. Gláucia Helena de Souza, Coordenadora de Políticas para Mulheres de Contagem; Ofélia Hilário, Coordenadora de Igualdade Racial de Betim; Conceição Resende, da Secretaria de Saúde de Betim; Rosa Vargas, da Coordenadoria de Mulheres de Betim; Gláucia Boaretto, Vice-Prefeita de Poços de Caldas; Marlene de Fátima, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Poços de Caldas; Maria Aparecida Andrade Moura, Presidente do PMDB Mulher - MG; Maria Cristina Abreu Domingos Reis, Presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência; Sírlley Soalheiro, Presidente Estadual da Ação da Mulher Trabalhista - AMT -; Cristiane Alves, Presidente da AMT - Ribeirão das Neves; Zulma Leão, Presidente da AMT - Contagem; Fátima Medeiros, Presidente da AMT - Nova Lima; Lúcia Aleluia, Presidente da AMT - Confins; Marilene Castanha, Presidente da AMT - Betim; Xica, da Economia Solidária, representando as mulheres do PSB; Jeannete de Oliveira Gonçalves, Presidente do PR Mulher; Maria do Carmo Lara, Prefeita Municipal de Betim; Ana Lúcia de Oliveira, Coordenadora Estadual de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência; Ana Pascoal, Diretora Técnico-Operacional da Ceasa Minas; e Carminha Amaral, Coordenadora do ProJovem de Betim; e do Exmo. Sr. Renato Siqueira, Secretário de Governo de Betim.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste momento ouviremos o Hino Nacional, que será interpretado pela cantora lírica Elizeth Gomes.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, o 1º-Vice-Presidente desta Casa, Deputado José Henrique.

Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Maria Coeli Simões Pires; Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Redação, Deputada Ana Maria Resende; Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, Deputada Liza Prado; Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Cultura, Deputada Luzia Ferreira; Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Maria Tereza Lara; Exma. Sra. Presidente da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, Deputada Rosângela Reis; Exma. Sra. Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Andréa Abritta Garzon Tonet; Exma. Sra. Presidente do Conselho Estadual da Mulher e Subsecretária de Estado e Promoção Social e Projetos Estratégicos, Carmen Rocha Dias; Sra. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Chefe do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, Sra. Marlise Matos; senhoras e senhores; o Legislativo mineiro celebra, mais uma vez, o Dia Internacional da Mulher, ocorrido no último dia 8, desta feita em parceria com o Conselho Estadual da Mulher e com a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com um evento conduzido por nossas Deputadas, abordando os temas da violência, da saúde, do trabalho, da educação e do poder.

Esses temas, incluindo as principais questões que dizem respeito ao gênero no País, mostram como ainda existem fortes resistências ao trabalho sempre ascendente da participação feminina nos diversos segmentos do mercado de trabalho e da vida pública. Coroando essa tendência irreversível de transformação econômica e social, o desempenho da Presidenta Dilma Rousseff à frente do Executivo Federal aponta os novos rumos do País na afirmação feminina no trato da causa pública.

Sob essa perspectiva, tenho a honra de conviver nesta Casa com as Deputadas Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, representantes dos mais diversos pontos de vista político-partidários, portanto, um vivo exemplo de uma madura convivência democrática.

Por sua experiência particular e pela visão diferenciada dos problemas que envolvem a vida em comunidade, cada uma delas vem trazendo ao nosso trabalho de todos os dias generosas contribuições de equilíbrio e de representatividade. Assim, a comemoração desta data será associada, nesta tarde, a temas urgentes, como a violência familiar, a pobreza e o desemprego, relacionando-se com os



direitos reprodutivos, a educação não sexista e a participação feminina na esfera do poder. Ressalto que as mulheres não só se tornaram maioria na população brasileira, mas também já detêm, em média, dois anos de escolaridade a mais que os homens, vantagens que só serão devidamente reconhecidas com a extinção do preconceito contra o gênero que ainda persiste em nossa sociedade.

Reafirmo, para concluir, a crença de que a ação das mulheres tornará o Brasil mais integrado, mais ético e solidário, e suas conquistas farão de Minas Gerais um espaço geográfico cada vez mais democrático e justo. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Maria Coeli Simões Pires

Exmo. Sr. Deputado José Henrique, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa do qual quero saudar todos os parlamentares presentes neste auditório; Exmas. Sras. Deputada Ana Maria Resende, Vice-Presidente da Comissão de Redação; Deputada Liza Prado, Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Deputada Luzia Ferreira, Vice-Presidente da Comissão de Cultura; Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública; Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho; Andrea Abritta Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Carmen Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher e Subsecretária de Projetos Especiais de Promoção Social; e Marlise Matos, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Chefe do Departamento de Ciências Políticas da UFMG; senhoras representantes dos diversos segmentos femininos - conselhos, coordenadorias, OAB, projetos sociais -; caros Deputados; corpo dirigente da Assembleia Legislativa; servidores; participantes deste evento; senhoras e senhores; estando nesta Assembleia Legislativa, sinto-me em casa, pois conservo sólidas amizades que aqui construí, laços de afeto com as gerações de ontem e de hoje e fortes vínculos de identidade que me ligam a esta nobre instituição.

Aqui nos reunimos em torno da cidadania feminina, celebrando conquistas da paridade de gênero e evocando novos avanços. No transcurso do Dia Internacional da Mulher, no último dia 8 de março, uma frase, certamente, circulou por muitas mentes: “Comemorar é preciso, mas há longo e árduo caminho por trilhar.” Frase que faz lembrar um dos pensamentos célebres de Nelson Mandela: “Depois de escalar uma alta colina, tudo que se descobre é que há muitas outras colinas por escalar”.

O gentil convite que as Deputadas desta 17ª Legislatura me transmitiram, para trazer aqui breves reflexões sobre a condição da mulher na política, remeteu-me inicialmente para o próprio curso da civilização, que foi madrastra com a mulher em relação aos espaços de poder.

Eia, senhoras! A história é nossa testemunha. Quantas são as mulheres que podemos apontar como próceres da vida política? Saíram à cata de suas memórias, e as imagens que daí resgatarão não serão as mais alentadoras. Um recuo não rigoroso, mas significativo, leva-nos ao começo dos séculos, fazendo despontar nos anais da história a figura de Cleópatra, imperatriz egípcia que intercepta a República romana, do alto do Farol de Alexandria. Não é ela senão a imagem mais palpável que se tem do engano e do engodo? Ela que enganava César. Das páginas de Shakespeare, de Bernard Shaw e de Sá de Miranda brota uma imagem impregnada do ranço atávico de tratar a mulher como veículo da insídia e do mal. É a mulher o fantasma da perversão?

Um saltar de séculos transporta-nos a nossa era, na Inglaterra da década de 80. Margaret Thatcher, a Dama de Ferro, irá ocupar o número 20 de Downing Street, legando ao mundo uma imagem de aspereza, rispidez e intransigência. Tenho comigo que sua postura buscava apenas e tão somente atender ao conselho aristotélico, que prescreve que a vara, quando torta, endireita-se quando é dobrada antes na direção oposta, que ao centro. A dama precisa ser de ferro? Entendo eu que não. O livrar-se de uma chaga histórica, que projeta sobre a figura feminina, na mais branda das hipóteses, apenas leviandade e inconsistência, é trabalho hercúleo.

De igual monta, a imagem que se conserva de Indira Gandhi, responsável pelo rompimento da ligação frágil e volátil entre hindus e sikhs na Índia. De outro lanço, em coordenadas absolutamente diversas, conquanto posta com absoluto rigor sobre a mesma nação, vem à mente a figura, a imagem de Madre Teresa de Calcutá, missionária albanesa que permanecerá incólume nos registros da história e da fé como benfeitora do gênero humano. Será mesmo que a mulher, para ser alçada à posição de destaque, deve manter-se nos limites da benemerência, no refúgio da fé e da castidade?

Mas o convite me fez lançar um olhar retrospectivo sobre a condição da mulher na história política desta nação e pude, igualmente, colher um passado de discriminação, de interditos silenciosos, mas, às vezes também, eloquentes.

Para se ter a dimensão da disparidade de gênero no Brasil basta assinalar que em 511 anos de seu estatuto como país, inicialmente Colônia, depois Império e finalmente República, a mulher brasileira viveu 432 anos, ou seja 85% desse longo período histórico, sem direito ao exercício da cidadania política. Cidadania que somente lhe foi reconhecida, pelo direito ao voto, nas águas da Revolução Constitucionalista de 1932, direito logo proscrito com a emergência do Estado Novo, em 1937.

Por isso mesmo e pelo perfil patriarcal arraigado em séculos de exclusão feminina da vida e do espaço público, convivemos hoje com uma realidade em relação aos direitos da mulher que ainda deixa o Estado brasileiro muito mal perante o mundo.

O relatório do Fórum Econômico Mundial divulgado em 2010, em seu capítulo “Os Índices de Disparidade de Gênero”, coloca nosso país em constrangedor 67º lugar no conjunto das nações. Esse indicador leva em conta vários fatores que condicionam a vida da mulher no Planeta, em lista de qualidade liderada pela Suécia, pela Noruega, pela Finlândia, pela Islândia e pela Alemanha, nessa ordem.

Em posições muito melhores que o Brasil, ainda figuram países como a Colômbia, a Argentina, a Tanzânia, a Jamaica, a África do Sul, a Costa Rica, e assim por diante. O Brasil é muito atrasado na política, em se tratando de espaço para mulheres.

Fator determinante da nota do Brasil nessa classificação internacional é relacionado com a sub-representação da mulher na vida política. Nessa dimensão, a participação política feminina, o Brasil situa-se em lastimável 122º lugar entre 134 países presentes no “ranking” mundial. O Brasil é lanterninha no cenário político internacional. Isso fere de morte a reputação internacional da condição feminina no Brasil.



Neste país, apenas e tão somente 10% de mulheres estão presentes no campo da representação parlamentar federal. Nós, as mulheres, constituímos, no entanto, 51,2% da população nacional e 51,7% do eleitorado brasileiro. Frisemos: 10% de mulheres estão presentes no Parlamento brasileiro.

Só para avaliarmos a defasagem do Brasil em relação à comunidade mundial no tocante à participação feminina na política, basta que citeamos alguns índices da presença das mulheres nos Parlamentos de diferentes países. Na Suécia, elas ocupam 47% das cadeiras legislativas; na Islândia, 43%; na Holanda, 41%; na Finlândia, 40%; na vizinha Argentina, pasmem!, 39%; e na Costa Rica, 38%. A estatística da posição política da mulher na ordem mundial destoa, portanto, da realidade brasileira. Tão grande é a disparidade de gênero entre nós no âmbito político, que o Brasil assombra o mundo civilizado.

Pois bem, reflexões mais intimistas me levaram à minha experiência pessoal na relação com a política mineira, especialmente nas décadas de 70 e 80, nos bastidores, quase sempre, e em cenas públicas, em raras oportunidades. Montando o palco, dirigindo a peça ou na cena e na contracena, pus sempre muita atenção ao processo de exercício do poder pela mulher. Nunca busquei um poder pessoal, mas sempre apostei no poder das mulheres.

Como em filme, minha mente resgata quadros de discriminação velada ou explícita. Respeito esta tribuna, por isso aqui não faço outras confissões. O poder das mulheres era quase uma delegação dos homens, que nos permitiam compor a cena pública.

Pois bem, de lá para cá, avançamos, e avançamos até muito, mas até hoje, no Estado e na política, a mulher não tem melhor sorte. Aliás, em Minas Gerais, a política tem débito maior com a mulher.

Aqui dentre nós, destacamos as Deputadas Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, responsáveis por ocupar a proa do Legislativo mineiro. Vejam e vigiem. A serenidade e a brandura dessas mulheres não implicam passividade. Não, três vezes não. Por quê? Porque essas mulheres são exemplo de liderança, determinação e coragem.

Em relação à representação feminina nesta Casa, o índice hoje é de 5,2% do conjunto de 77 parlamentares, já tendo sido superior a 12% em legislaturas passadas. Já no Congresso Nacional, a representação política de Minas se reduz a uma única mulher - Jô Moraes. Repito: única mulher de Minas no Congresso Nacional. Isso é vergonhoso para um Estado que tem uma tradição de luta e de vencer. Há, pois, nesse quadro parlamentar, um instigante desafio pela frente na conquista de graus cada vez maiores de equilíbrio.

Somos, em Minas Gerais, 5 Secretárias de Estado no conjunto de 21 titulares. Portanto aproximadamente 25% dos cargos dirigentes do primeiro escalão. É lógico que podem ser contabilizadas mulheres em cargos de Secretárias Adjuntas, mais 3 mulheres; em cargos de Subsecretárias, mais 11 - aliás, duas grandes mulheres aqui presentes -; mulheres em funções estratégicas, de inteligência, inclusive da polícia; e na direção de entidades da administração indireta.

Em nível municipal, com 51 mulheres Prefeitas, o índice corresponde a 6% do total de Prefeituras do Estado - abaixo da média nacional que é de 9,1%. No caso das Vereadoras, contamos com 831 mulheres eleitas, o que corresponde a 10,5% do total de Vereadores. No entanto isso também ainda está abaixo da média nacional, que é de 12%. Ponham tempo e atenção nesses números, porque eles não desafiam os senhores, e não me desafiam mais porque a maturidade tem juízo.

Pois bem, curioso é observar que esses números da participação política da mulher não refletem as profundas mudanças de gênero que estão em curso na sociedade brasileira. Para isso basta olhar ao redor.

Não me alongarei mais. Como bem assinalou o Sr. José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e estudioso da questão da mulher, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, "o progresso feminino, na saúde, na educação e no trabalho no Brasil, tem sido inequívoco. Analfabetas no início do século XX, as mulheres fizeram extraordinários avanços na sua escolaridade e, já no início do século XXI, têm, em média, um grau de instrução muito superior ao dos homens".

Essas mudanças estão visíveis no campo das profissões liberais, em todos os setores do mercado de trabalho, na iniciativa privada, e assim por diante.

Ontem participei do evento de posse dos membros da diretoria da Associação Comercial, em que foram empossados 110 integrantes, e entre eles - eu contei - havia 20 mulheres empreendedoras, que tomaram posse e faziam parte daquela diretoria.

Essa última dimensão, a do empreendedorismo, puxa, aliás, o índice brasileiro para cima, aproximando-se, nesse particular, dos padrões internacionais: cerca de 21%, para uma média mundial de 24% de mulheres em funções dirigentes. No empreendedorismo não estamos mal, e a economia solidária sabe bem como avançar neste ponto.

Assim, mulheres executivas ou empreendedoras começam a fazer a diferença e a fazer parte do cenário empresarial brasileiro. Mas é na atividade política que o atraso é gritante, mesmo com medidas reparatórias, por exemplo, as de cotas femininas, como dispõe a Lei nº 12.034, de 2009. É na política que se localiza o calcanhar de Aquiles - que bem poderia ser o de Minerva - da mais grave disparidade de gênero em nosso país. Saibam que a disparidade política é a maior violência contra a mulher.

Mas estatísticas à parte! Paremos de falar em números. Devemos reconhecer que as eleições de 2010 se revelaram as eleições mais femininas de nossa pátria. Sim, senhoras, posso dizer: o Brasil... (- Levanta um livro.) Obrigada. Um beijo a essa grande liderança da economia solidária. Ela sabe que eu também sou solidária com o movimento que eles empreendem.

Então, como estava dizendo, as eleições de 2010 foram efetivamente as eleições mais femininas. Estatísticas à parte, mas vamos nos explicar. Sim, senhoras, o Brasil já dá mostras de romper com os grilhões de um passado de menoscabo. Não é a Presidência, o mais alto cargo dos dignitários da República, ocupada por uma Presidenta? E é assim que ela bem gosta de ser chamada. Não, não apenas aqui, mas também alhures. Não é a Chanceler Ângela Merkel a responsável por ter as rédeas da Alemanha, que, de um modo ou de outro, assume, ao lado da França, a linha de frente da União Europeia? A força do simbolismo das eleições de 2010, num país que somente em 1990 elegeu sua primeira Senadora, a mineira Júnia Marise, e somente em 1994, sua primeira Governadora, poderá - criando vergonha - ter efeitos poderosos sobre a mentalidade brasileira. Assim poderá haver uma maior participação da mulher na política.

Essa sinalização tem correspondência na União, já que o Poder Executivo conta hoje com nove Ministras, de Ana de Hollanda a Tereza Campello. Esse é um quadro bastante significativo, se considerarmos que, em 121 anos de república, o Brasil havia contado com apenas 17 Ministras mulheres em cerca de seiscentos e tantos cargos durante toda a história republicana.



Cabe, portanto, às forças democráticas do País criar efetivas condições para uma disputa eleitoral com maior igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, corrigindo, com acelerada velocidade, nosso déficit de gênero na política, déficit, diga-se, quantitativo.

As restrições à mulher e os efeitos da banalização de seu papel sobre a inserção do segmento no mundo do direito e da política importam visível atraso para a sociedade brasileira. Essa prática discriminatória e desditosa, que não guarda justificativa na razão e na tradição, é, em forte medida, explicada por uma noção estreita e tacanha da maternidade. E eu não poderia deixar de falar da maternidade, pois falar de mulher é sobretudo falar da maternidade, potencial sempre, pois a mulher é sempre mãe das suas causas.

Mulheres! Naturalmente vocacionadas para a maternidade, não o somos por mero capricho divino ou acidente da natureza. Nisso há suprema sabedoria. A devoção e o desprendimento, próprios da maternidade, são também exigências da justiça, que precisa, antes de punir, educar. De igual modo, são exigências da política, que há de contar não com o egoísmo, mas com a disposição para bem servir.

Ao concluir minhas palavras, quero renovar-lhes o convite feito pela jornalista Ana Arruda: os homens também precisam entrar no movimento das mulheres, assim como o Deputado José Henrique, os Deputados que aqui se encontram e os pares de gênero deste Plenário. Precisamos aprender não só a dividir o trabalho, mas a dividir a vida. Tenham os homens a certeza de que a igualdade de gênero lhes proporcionará a oportunidade de conviver com melhores esposas, melhores filhas, melhores amigas e melhores companheiras, e, sobretudo, em uma sociedade melhor, mercê da arquitetura própria da mulher. Porque a disparidade vigente agride e afeta as leis da própria natureza, mãe e mestra de todos nós, homens e mulheres, que a Divina Criação lançou nesta Terra.

É tempo de darmos as mãos. E para darmos as mãos, quero ler fragmentos de um poema, cujo autor é desconhecido, para homenagear as mulheres que aqui se encontram e todas as mulheres mineiras. Lerei rapidamente alguns versos de “M de Mulher”. (- Lê:)

“Meninas, mães, madres, marquesas e ministras. Madalenas ou marias. Elas são manhãs e madrugadas. Mártires e massacradas. E são marinheiras e magníficas. Multiplicam memórias e milhares de momentos. Marcam suas mudanças. Momentâneas ou milenares, mudas ou murmurantes, maiores, menores, madrastras. São músicas, misturas, mármore e minério. São lágrimas e sorrisos. Merecem mundos e não migalhas. Merecem medalhas. São monumentos em movimento, esses milhões de mulheres maiúsculas.”

São milhões de mulheres maiúsculas aqui representadas por essas mulheres que nos prestigiam nesta tarde. Obrigada.

Exibição de Vídeo

O locutor - Passaremos agora à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia com opiniões de alguns cidadãos sobre o tema “Enfrentamento à violência contra as mulheres”.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

Sr. Presidente José Henrique, aqui representando o Presidente Dinis Pinheiro, que não pôde comparecer por estar adoentado, com febre; senhores da imprensa; público que nos prestigia; telespectadores que nos assistem; minhas colegas Liza, Luzia, Rosângela e Tereza; Maria Coeli, mulher forte, ao mesmo tempo meiga e carinhosa, que aqui representa o meu precioso Governador Anastasia; demais autoridades da Mesa, todas envolvidas com a questão da mulher; Gláucia, minha querida colega Deputada Gláucia, eu poderia falar que você é como o bambu, que verga, mas não quebra, Gláucia; você guarda a firmeza e a determinação da madeira de lei, mas também é plena de carinho e de afeto e por onde você passa tremulam a alegria, a amizade e o carinho - Gláucia, você é permanente e constante nesta nossa Casa.

Neste ano, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado em plena terça-feira de carnaval. Apesar do feriado e da folia, não faltaram manifestações de carinho, protestos contra as várias formas de discriminação e, ainda, o justo reconhecimento da importância da mulher nas diferentes esferas da sociedade.

O Brasil é pela primeira vez presidido por uma mulher, e cinco mulheres compõem o seu Ministério. Em Minas, outras tantas mulheres ocupam Secretarias de Estado. Tantas outras ocupam cargos de destaque no setor público e na iniciativa privada. Somos 57% dos beneficiários da Previdência Social, o que nos assegura que o progresso do Brasil é impulsionado pelo poder feminino. Cada vez mais as mulheres conquistam espaços antes ocupados apenas pelos homens.

Mas, apesar desse crescimento vertiginoso, ainda sofremos diferentes tipos de repressão e violação aos nossos direitos. O pior é que a mulher se mostra muitas vezes ainda impotente e até mesmo conformada com a violência sofrida. Por quê? Por que essa mulher tão aguerrida, por que essa mulher forte se fragiliza ao se confrontar com a violência? Por que no Brasil a cada 24 segundos uma mulher é vítima de violência? A cada 24 segundos uma mulher no Brasil é vítima de violência, violência que parte quase sempre do marido, do companheiro ou do namorado.

Nossa sociedade foi construída a partir de princípios machistas que sugerem a dominação do homem sobre a mulher. Os elementos dessa nossa cultura patriarcal contribuem para a violação dos direitos da mulher, para que ela seja vítima independente de sua raça, classe social, religião ou nível cultural. Importante frisarmos isso porque, quando se fala em violência contra a mulher, imagina-se que a mulher pobre ou pouco culta seja vítima da violência. Mas não é isso. Independentemente de nível econômico, social, intelectual e raça, a mulher, como um todo, é vítima da cultura e dessa violência.

Muitos homens se acham no direito de descarregar em suas companheiras a raiva, a tensão, a frustração ou seus traumas psíquicos. Muitos deles nos comparam a um saco de pancada. Se ele perdeu o emprego, a mulher é que tem de pagar por isso; se o time de futebol perdeu, a mulher é incapaz, incompetente e, por isso, merece um castigo. Na verdade, nós somos o saco de pancada em nossas casas. No entanto, os homens e as mulheres foram criados para serem felizes juntos. A união só tem sentido se for para somar, para completar, para multiplicar nossa potencialidade e, principalmente, a vida. O Senhor, após criar o mundo e nele o homem, percebeu que ele estava triste e que precisava de uma companheira. Criou, então, a mulher para que, em união, conquistassem a terra e vivessem no amor. Tudo que não for fruto da união, do crescimento e do respeito não é coisa de Deus. Você ofende, ridiculariza, deprecia, bate em sua companheira: isso não é coisa de Deus.



Porém, você, minha amiga, que se conforma com a situação de opressão; você, minha colega mulher, que fica na condição de sujeição ao poder masculino, saiba que também isso não é coisa de Deus. Cabe a você reagir e mostrar a esse homem e à sociedade que fomos criadas com um único objetivo: sermos felizes e fazermos os outros felizes. Quem não é feliz não faz ninguém feliz. Se sou uma mulher infeliz, como serei capaz de fazer meus filhos felizes? Sob qual pretexto uma mulher pode dizer, com o homem, sujeita a sua tirania, a seu jugo, aos seus maus-tratos, que é para manter a família unida e para fazer os seus filhos felizes? Não conheço ninguém infeliz que possa construir uma família feliz. Não conheço ninguém infeliz que faça alguém feliz.

Nós, mulheres, precisamos entender que só construiremos famílias e seres felizes se também formos felizes. Ninguém é dono da minha felicidade. Ninguém é responsável pela minha felicidade. Marido não faz a minha felicidade, faz parte dela; filho não faz a minha felicidade, mas faz parte dela. Sendo assim, cada uma de nós, mulheres, temos de agarrar com unhas e dentes a nossa felicidade, se quisermos construir famílias realmente felizes.

Hoje há diversas políticas públicas e leis, em especial a Lei Maria da Penha, que visam proteger a mulher. Porém, precisamos proteger-nos de nossas heranças e valores culturais. Só a educação é capaz de modificar. Acredito que os professores - e vejam que nós, mulheres, somos maioria no magistério - somos indispensáveis nesse processo de restauração da sociedade criada por Deus. Precisamos, então, chegar a todos os homens e todas as mulheres da nossa Minas Gerais; é preciso quebrar o silêncio.

A maior humilhação não é declarar a agressão e o agressor, mas conviver e perceber que, com isso, fazemos um mal irreparável aos nossos filhos. Com certeza, nossas filhas, inconscientemente, procurarão um marido semelhante, tão violento quanto seu pai, porque é natural a menina procurar um companheiro semelhante ao pai. E o menino, com certeza, também será um violento marido, porque copiará a maneira de ser e comportar de seu pai. Esta é a nossa maior humilhação: não sermos capazes de criar filhos para a felicidade e contribuirmos apenas para manter o ciclo vicioso da violência.

Para terminar, quero que todos nós que acompanhamos, neste momento, o Dia da Mulher, denunciemos violências sofridas e percebidas e, principalmente, que todos saíamos daqui dizendo a todas as mulheres: mulheres, não olhem para baixo; não olhem para o chão, olhem para o alto; olhem para as estrelas, porque, na alegria e na felicidade, o infinito é o nosso limite. Muito obrigada e uma boa tarde para todos vocês.

Exibição de Vídeo

O locutor - Passaremos agora à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia, com opiniões de alguns cidadãos sobre o tema "Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos".

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Liza Prado

Boa-tarde. Sr. Presidente, minhas queridas colegas Deputadas Ana, Rosângela, Luzia, Maria do Carmo, eterna Deputada Gláucia Brandão, Sra. Carmen, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, na pessoa da qual cumprimento todas as mulheres que compõem a Mesa e todas as que estão no Plenário, representando várias instituições e partidos políticos.

Muitos me questionam sobre a necessidade de termos um Dia Internacional da Mulher.

Fazem piadas, dizendo que não é possível a mulher contemporânea ainda necessitar de um dia internacional. Digo sempre que, enquanto mulheres forem apedrejadas, enquanto mulheres forem espartilhadas, enquanto mulheres forem vítimas de tráfico, enquanto mulheres não tiverem atendimento à saúde, enquanto mulheres forem espancadas, enquanto houver uma sociedade desigual, precisaremos ter dias como esse, pois são uma espécie de ação afirmativa para mostrar que é preciso muita luta. Temos que comemorar os avanços, mas temos desafios a enfrentar. Temos que aproveitar todos os espaços para dizer que queremos ter igualdade ao lado do homem, porque mais da metade da população precisa ser respeitada. Nenhum país irá se consolidar democraticamente, se não respeitar mais da metade da sua população.

A realidade que vivemos é cruel, por mais que avancemos. E avançamos muito. Antes, a mulher não podia vestir calça comprida, não podia fazer um negócio sozinha, era chamada "mulher da vida" se frequentasse um bar. Que o espírito e o sangue das mulheres que tomaram a fim de nos permitir estar nesta tribuna nos contagiem todos os dias, seja na economia solidária, seja na terceira idade, seja onde estivermos militando, para que tenhamos coragem e paixão de defender nossas irmãs, nossas colegas e nossas meninas.

O número de mulheres vivendo em situação de pobreza no mundo é maior do que o de homens. A miséria atinge mais a população negra, e principalmente as mulheres negras. Em geral, trabalhamos mais horas do que os homens, temos mais estudo do que eles e mais doutorado, mas ainda recebemos um salário menor. A maioria das mulheres não tem licença-maternidade garantida, porque, das que trabalham fora de casa, cerca de 60% estão na informalidade.

Não quero abordar todos os temas, mas tudo tem a ver com a saúde da mulher. Grande parte delas são carentes de recursos para produzir e ascender social e financeiramente. Sempre digo que a liberdade da mulher começa pelo bolso. Se a mulher não tem independência financeira, dificilmente ela conseguirá ser livre e independente. Além disso, tanto as brasileiras quanto as mineiras não têm acesso aos serviços de saúde como deveriam, por mais que haja avançado. É necessário atuar sobre diferentes ciclos da vida da mulher; a infância, a adolescência, a idade adulta e a terceira idade.

Os Estados Unidos realizaram uma pesquisa que mostra as consequências da ditadura da beleza. Além de passarmos por tudo isso, ainda temos de ser macérrimas, lindíssimas, arrumadíssimas. Segundo a pesquisa, cerca de 47% da população deve apresentar problema nos pés em qualquer parte da vida. Em grande parte das mulheres isso se deve ao uso do salto agulha como acessório diário para ficar elegante. Isso é uma ignorância. Eu, que sou pequena e um pouco gordinha, fico elegante de salto, mas é uma ignorância. Admiro as mulheres que conseguem se equilibrar em cima de um salto agulha. Teremos quatro vezes mais problemas do que os homens.

Costumamos ser vistas como usuárias passivas, e não como protagonistas da nossa própria história. Somos capazes de gesticular, de discutir, ter prioridade e tomar decisões. Daí, a importância da participação feminina na definição de suas necessidades e no desenho de programas que mudem esse quadro.



Nesse sentido, destaco a grande responsabilidade da bancada feminina nesta Casa, da qual tenho orgulho de ser parte. Senti, Coeli, que fui acolhida nesta Casa. Tive quatro mandatos como Vereadora, um no Executivo como superintendente do Procon. Em Uberlândia atualmente há apenas uma Vereadora. Hoje percebo como é fácil trabalhar com essas mulheres, pois cada uma, em sua especificidade, acolhe a outra. Normalmente não é assim que acontece em um ambiente de trabalho, pois grande parte das companheiras, às vezes, trabalha sorrateiramente para que a outra não engrandeça. Isso também acontece com os homens, talvez até muito mais. Então percebemos que isso prejudica a saúde psicológica da mulher.

Sabemos também que a nossa responsabilidade é grande. É necessário que as demais mulheres, como as nove Ministras, as nossas Secretárias e todas as que trabalham em um espaço público ou em qualquer cargo de chefia, de mando ou de responsabilidade, como lideranças, trabalhem na elaboração, na execução e na fiscalização das políticas públicas em prol da saúde da mulher.

Nosso objetivo é promover a melhora das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 56% das brasileiras, como disse, estão acima do peso. Mais uma vez esse dado. Oh, meu Deus, como é difícil para nós! O que sobra para as mulheres pobres que têm apenas o arroz, a batata e o macarrão como alimento. É difícil. A carne mais barata é a gorda, como a maçã do peito, e por aí afora. Oitenta e nove por cento da população feminina com mais de 18 anos não pratica atividade física, e quase 28% convive com a hipertensão.

As mulheres, como disse a minha colega, são a maioria da população brasileira e as principais usuárias do SUS. Não procuramos esse serviço apenas para nós, mas para levar o filho, o vizinho, o deficiente, o amigo. Somos assim. O nosso dom natural é cuidar das pessoas, não apenas dos nossos, mas de todos os que precisam. Trinta por cento das mulheres em todo o mundo têm problemas com o ronco; porém, há uma notícia boa: no Brasil, um em cada cinco adultos que procuram tratamento é mulher. Já que procuramos mais o SUS, conhecemos melhor essa instituição.

A saúde envolve diversos aspectos da vida, como a relação com o meio em que se vive, habitação adequada, alimentação saudável, acesso à educação e à informação, além das condições de trabalho e renda. Não se trata de fato isolado. Vocês sabiam que quanto mais jovem, mais escura e mais pobre, maior a violência sofrida na hora do parto, como xingamentos, humilhação? Segundo pesquisa, se não me engano, da Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro parturientes afirmaram ter sofrido maus-tratos durante o parto. Dezesete por cento das que foram ouvidas são de hospitais privados e 27% de hospitais públicos. Mais de 23% das entrevistadas disseram que ouviram frases humilhantes durante o parto como: “Se você não parar de chorar agora, não vou lhe atender”; “seu neném vai nascer com problemas, surdo, pois você está gritando”; “na hora de fazer você não chorou, agora chora”; “você está chamando a mamãe agora, mas na hora de fazer não chamou”, e outras frases como essas. Por isso, desde 2005 há uma lei que nos dá o direito ao parto humanizado e a um acompanhante. É um desafio para nós fazer com que esse direito seja respeitado, especialmente por pessoas que cuidam da saúde e deveriam acolher vocês. Por mais que tenhamos bons médicos e enfermeiras, pessoas maravilhosas, que dedicam sua vida à profissão, ainda há uma parcela ignorante que precisa de acompanhamento e treinamento constante. A capacitação é importante.

Especificamente no caso das mulheres, os problemas são agravados pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades do trabalho doméstico. Etnia, raça e condição social realçam ainda mais as desigualdades.

O fardo, companheiras e companheiros, é pesado; existe um acúmulo de funções. A mulher consegue atender ao telefone e, ao mesmo tempo, olhar o menino, cuidar da panela e ainda ouvir o que o outro está falando sobre nós - se o homem estiver falando mal de nós, conseguimos ouvi-lo. Digo sempre a quem trabalha comigo - e é preciso tomar cuidado com o assédio moral -, quando me dizem “Deputada, sou um só, não dou conta”, que, se fosse mulher, dava conta de fazer muita coisa ao mesmo tempo. É brincadeira.

Especialmente no caso das mulheres, já falei sobre a discriminação. Vivemos mais do que os homens, mas também adoecemos com mais frequência. Pode parecer absurdo, mas comprovou-se a vulnerabilidade feminina diante de certas doenças, e que as causas de mortes estão mais relacionadas com situações de discriminação na sociedade do que com alguns fatores biológicos. Percebe-se isso até na depressão pós-parto, quando a mulher, sem companheiro ao seu lado para lhe dar apoio, fica com uma profunda tristeza. Além das questões emocionais que já são de esperar - dor, tristeza e outras coisas -, ainda falta o amor de alguém para lhe dar atenção. Essas mulheres maravilhosas que conhecemos sofrem muito.

Segundo o IBGE, 49,7% das mulheres nunca fizeram mamografia. O SUS garante esse exame para mulheres acima dos 40 anos de idade, assim como garante também aquela lei sobre a qual falei, do parto humanizado, acompanhamento, e por aí afora.

No Brasil, as principais causas de morte entre as mulheres, considerando-se as idosas, são as doenças cardiovasculares, principalmente o infarto agudo e o acidente vascular cerebral; as neoplasias, principalmente o câncer da mama, do pulmão e do colo de útero; as doenças respiratórias, marcadamente as pneumonias, que podem estar encobrindo casos de aids não diagnosticados - isso é sério -, as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas. E vai por aí afora, diabetes, e causa externa. Estamos perdidas. Em contraponto, analisando-se o óbito em mulheres na faixa etária entre 10 e 49 anos em idade fértil, a situação é outra. As primeiras causas são acidente vascular cerebral, aids, homicídio e o câncer da mama, seguidos de acidentes automotivos; doenças digestivas; doença hipertensiva, consequência de sedentarismo; doença isquêmica; do coração; diabetes e câncer do colo uterino. Vejam bem, o câncer da mama, diagnosticado tardiamente em cerca de 60% dos casos, e a dificuldade de uma mulher que espera quase dois anos para fazer um exame são problemas graves. Se essa doença fosse detectada antes, a mulher poderia estar viva. Mas muitas morrem.

Mudar essa situação é um desafio necessário, pois a detecção precoce aumenta significativamente a perspectiva e a qualidade de vida das mulheres após o diagnóstico da doença. Por ano, 11.700 mulheres morrem no Brasil, principalmente após os 40 anos.

E as mulheres deficientes? Estava conversando com a Kátia e questionando o que fazem as mulheres deficientes quando precisam fazer um exame como esse. Os profissionais não estão preparados para fazer os exames, os equipamentos não estão acessíveis para essas mulheres. Segundo a Kátia, já existem linhas de financiamento para esses equipamentos.

É preciso avançarmos nesse sentido e acompanharmos nosso Orçamento. Fiz um pedido aqui, juntamente com a bancada feminina, para observarmos o Orçamento do Estado na sua evolução, porque há programas, até com nutricionistas, para nos acompanhar no Programa Saúde da Família. Precisamos fazer esse acompanhamento.



O câncer do colo, diferentemente do da mama, pode ser prevenido com medidas de fácil execução e de baixo custo. Mas não basta introduzir ofertas dos exames preventivos na rede básica. É preciso mobilizar as mulheres mais vulneráveis a comparecer aos postos de saúde e implementar os sistemas de referência para o que for necessário encaminhar. No Brasil, observa-se que o maior número de mulheres que realiza o exame de papanicolau está abaixo de 35 anos de idade, enquanto o risco para a doença aumenta a partir dessa idade. A prevenção do câncer ginecológico, assim como o diagnóstico precoce e o tratamento, requer implantação articulada de medidas como sensibilização e mobilização da população feminina, investimento tecnológico e em recursos humanos, organização da rede, disponibilidade dos tratamentos e melhoria dos sistemas de informação. Há reações emocionais - distúrbios emocionais e depressão - esperadas no período pós-parto numa faixa de 50% a 80% das mulheres. Muitas vezes, elas são tratadas como criminosas, porque não foram diagnosticadas como deveriam. Ou dizem que são um bando de loucas, não é? A mulher, quando tem um problema - às vezes há a questão pré-menstrual -, é considerada louca, descontrolada. A mortalidade associada ao ciclo gestacional e puerperal e ao aborto não aparece entre as 10 primeiras causas de óbito nessa faixa etária. No entanto, a gravidade do problema é evidenciada quando se chama atenção para o fato de que a gravidez é um evento relacionado com a vivência da sexualidade. Portanto não é doença. O que acontece é que o nosso Sistema Único de Saúde - e espero que ele melhore, defendo a sua universalidade em todas as formas, já que é tão importante - enfrenta sérios problemas, como a falta de médicos, a demora no atendimento e a precariedade de suas unidades; todavia a situação não é diferente para quem tem plano de saúde, visto que não querem respeitar o nosso direito. Você paga, mantém-se fiel durante a vida inteira, mas, quando precisa usar o convênio, tem seus direitos de consumidor desrespeitados. Quanto à demora na fila, a situação é quase a mesma.

Percebemos que, no interior dos Estados, a situação do SUS é também difícil. O instituto de pesquisa "Datafolha" revela que 8 em cada 10 médicos sofrem pressão para reduzir o número de pedidos de exames, os procedimentos e as antecipações de alta. Então, querem impedir que se façam todos os procedimentos necessários. Os médicos e os funcionários sofrem muita pressão e interferência para interromperem tratamento e darem alta sem que isso seja conveniente; é o poder econômico falando mais alto. O que importa é o dinheiro! Sabemos que essas interferências colocam a vida e a saúde dos pacientes em risco todos os dias. Isso, sem falar nas pessoas que ficam internadas nas UTIs, sem que haja informações sobre a saúde do paciente. Quase sempre são as mulheres que acompanham os pacientes, ou seja, a responsabilidade de cuidar das pessoas idosas dificilmente fica com os homens. Existem grandes homens que ajudam, mas, normalmente, a responsabilidade de cuidar de pais idosos acamados fica com a filha, dificilmente com o filho. Em algumas situações, as UTIs não cumprem as normas necessárias e as pessoas ficam com problemas gravíssimos, com escaras. Muitas vezes não temos o conhecimento necessário, ou seja, não sabemos, por exemplo, que o paciente precisa mudar de posição de duas em duas horas. E quem fiscaliza? A enfermeira está sobrecarregada e acaba não fazendo isso. Assim, a situação se complica, e a pessoa acaba falecendo por infecção hospitalar, em virtude da falta de funcionário e de atendimento adequado. Assim ocorre nos asilos, nos lugares onde as pessoas estão acamadas, ou mesmo dentro de casa.

Percebo que, apesar do aumento do número de consultas de pré-natal, a qualidade dessa assistência é precária. Grande número de mulheres perde a vida em situações que normalmente são evitáveis; isso acontece em 92% dos casos. O acesso da população rural aos serviços de saúde ainda é um grande desafio do SUS. Os dados são muitos, e é importante falar e apresentar propostas. Sabemos que identificar esses problemas na produção, no controle de qualidade, na aquisição, na logística e na produção de insumos é uma das saídas também. Além disso, não há continuidade na disponibilização dos métodos anticoncepcionais, bem como na capacitação de gestores, gerentes e profissionais de saúde. Como resultado, temos uma atenção precária e excludente, às vezes até inexistente em algumas localidades. O prejuízo maior recai sobre as mulheres que compõem as camadas mais pobres e as moradoras em áreas rurais. É um isolamento cultural e geográfico que deveremos romper. A humanização e a qualidade da atenção devem promover o reconhecimento e o respeito aos direitos humanos das mulheres, dentro de um marco ético que garanta a saúde integral e o bem-estar.

Debate como esse, quando discutimos as questões femininas, especificamente a da saúde da mulher, contribui para o reconhecimento de seu valor e para a superação de preconceito que ainda nos atinge no nosso dia a dia. Precisamos promover a saúde e a busca pela consolidação dos avanços nos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar e no combate à violência doméstica e sexual. Aliás, a violência sexual e a doméstica é um grave problema de saúde pública. Precisamos ampliar os locais de referência da mulher. Estudos sobre a violência sexual, doméstica, assédio moral e sexual apontam um forte impacto desse fenômeno na saúde mental da mulher. Essa realidade sinaliza a importância da atenção psicológica no contexto público de atendimento à mulher.

A partir daí vai uma denúncia grave: as nossas meninas assediadas sexualmente e estupradas não estão tendo o atendimento psicológico que deveriam ter. Muitas Conselheiras Tutelares as encaminham para o tratamento, pensando que elas estão tendo atendimento, porém, considerando-se o conceito de atendimento psicológico ou social, essas meninas, na realidade, não recebem esse atendimento. É preciso haver um debate específico para tratar dessa questão, para demonstrar que elas não estão recebendo atendimento psicológico. Quanto a uma criança espancada, torturada e estuprada, o que ela será quando adulta?

Entre as adolescentes, são importantes as ações educativas e de redução da vulnerabilidade aos agravos à saúde sexual e reprodutiva. Assim, cabe aos serviços de saúde a prestação de uma assistência adequada e a implantação de projetos educativos que abordem a sexualidade sob todos os seus ângulos e vertentes. Deve-se ainda buscar a integração das ações com outros setores, a fim de que a resposta social seja capaz de apoiar as adolescentes em suas decisões de autocuidado. No âmbito da saúde sexual e reprodutiva, é importante pontuar a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis e aids, uma vez que os adolescentes e jovens estão na linha de frente da epidemia da aids.

São muitos os problemas. Só para ilustrar o grau de importância que se dá à saúde no nosso país, a chamada saúde suplementar, que compreende os planos de saúde particulares, investe anualmente, para atender a 20% da população, cerca de R\$60.000.000.000,00 por ano. Já o SUS, única alternativa de assistência médica para 80% da população nacional, recebe o mesmo valor, ou seja, R\$60.000.000.000,00, por ano, para promover a saúde de um número de pessoas quatro vezes maior que o assistido pela iniciativa privada. Isso mostra claramente o quanto o investimento na saúde pública está aquém do investimento necessário para fazer o



essencial, ao menos. E aqui faço um alerta, com esperança na Emenda nº 29, para que os Municípios possam ter mais recursos para aplicarem na saúde. Estou acreditando nisso porque sou pessoa otimista. Ainda acredito, ainda resta esperança.

Além disso, a humanização e a qualidade da atenção em saúde são condições essenciais para que as iniciativas atuem de forma eficaz na resolução dos problemas identificados. As ações devem satisfazer as usuárias, fortalecer a capacidade feminina de identificar e apresentar suas demandas, reconhecer e reivindicar seus direitos, com oportunidades reais de se cuidar. As histórias das mulheres, na busca pelos serviços de saúde, mostram discriminação, frustrações e violações dos direitos, transformando-se em fonte de tensão e mal-estar físico e psicológico. Por essa razão, a humanização e a qualidade da atenção implicam no respeito e na priorização absoluta dos direitos humanos, regida pela ética e pela obrigação cívica de garantir a saúde integral em seu bem-estar. A Dilma apresentou agora uma reformulação do sistema de atendimento integral da família, no qual também tenho muita esperança. A humanização está atrelada à qualidade da atenção, que exige mais que a resolução de problemas ou recursos tecnológicos. Humanização é muito mais que tratar bem, com delicadeza ou de forma amigável.

Para se falar em humanização, alguns fatores são essenciais, como o acesso irrestrito da população às ações e aos serviços de saúde nos três níveis de assistência; definição da estrutura e organização da rede assistencial, considerando a eficácia na solução dos problemas e o acompanhamento da clientela pelos profissionais de saúde da rede integrada; captação precoce e busca ativa do público-alvo; disponibilidade de recursos tecnológicos e seu uso apropriado; capacitação técnica dos profissionais de saúde e demais funcionários para garantir o uso da tecnologia adequada, acolhimento humanizado e práticas educativas voltadas à comunidade. Além de tudo isso, também faz parte da humanização a disponibilidade de insumos, o acolhimento amigável, o acesso às informações, as avaliações e a fiscalização continuada dos serviços e do desempenho dos profissionais, a análise de indicadores que permitam aos gestores monitorar o andamento das ações, o impacto sobre os problemas tratados e a redefinição de estratégias ou ações que se fizerem necessárias.

Não falarei mais, pois acho que já prolonguei bastante. Então encerro dizendo que juntos somos fortes. Precisamos ver também a situação e a saúde das mulheres presas, assim como a dos homens. Um país melhor conseguirá consolidar nossa democracia. Todo passo que dermos rumo à emancipação da mulher e aos direitos iguais possibilitará termos um país democrático. Muito obrigada pelo carinho de me ouvir. Que Deus possa nos iluminar. Chegaremos lá. Juntos somos fortes. Obrigada.

Exibição de Vídeo

O locutor - Passaremos à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia com opiniões de alguns cidadãos sobre o tema "Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania".

- Procede-se à exibição do vídeo.

A Sra. Presidente (Deputada Ana Maria Resende) - Com a palavra, a Deputada Luzia Ferreira.

Palavras da Deputada Luzia Ferreira

Boa tarde a todas e a todos. É um prazer recebê-las aqui, neste dia que tem muito simbolismo para nós: para as mulheres, mas creio também para o País, porque esta não é uma luta só das mulheres, é do Brasil, de todos os que querem, sonham e batalham, no dia a dia, com ações para transformar este mundo num mundo mais justo, com mais possibilidades para o ser humano e para que a vida floresça.

Cumprimento esta Mesa, poderosa e muito rara. Nas Mesas das solenidades, é raro haver uma mulher representando. Hoje temos uma Mesa só de mulheres, todas com poder nas suas respectivas áreas. As minhas queridas Deputadas, com o poder conferido pelo voto popular; a Maria Coeli, representando o Poder Executivo, uma Secretária respeitada, ouvida pela sua capacidade; a nossa Defensora Pública, que participou de uma disputa interna entre seus pares e foi vencedora; a nossa querida Profa. Marlise Matos, que, com seu trabalho, nos ajuda a entender por que é tão difícil as mulheres ascenderem aos cargos de poder no Brasil. Somos tão poucas nos Parlamentos, seja na Câmara de Vereadores, seja na Assembleia Legislativa - somos só cinco -, seja na Câmara Federal - apenas 9% da representação. Cumprimento a Carmen Rocha, do Conselho Estadual da Mulher; os colegas Deputados que nos estão prestigiando - Deputados André Quintão, Duarte Bechir, Celinho do Sinttrocel e Rômulo Viegas, que estava presente até há pouco. Estou vendo ali o Deputado Bosco, de Araxá, a quem agradeço; e a minha querida amiga e companheira de partido Gláucia Brandão, que hoje está numa função importante no governo do Estado.

Há 101 anos foi instituído o Dia Internacional da Mulher, em 1910. De lá para cá o mundo mudou. Houve duas guerras, e o que era aceitável não é mais aceitável hoje. No meio do caminho, houve uma revolução socialista, na União Soviética, uma grande novidade, que também ruiu no final do século XX. O mundo mudou de modo geral e mudou muito também para nós, mulheres. Entre as mudanças, a questão do trabalho, sobre o que falarei um pouco procurando ater-me ao que já foi dito pelas outras colegas e companheiras.

Na teoria social e no senso comum, educação, trabalho qualificado e remunerado são considerados a via privilegiada para a conquista da autonomia das mulheres, possibilitando a elas realizar escolhas, decidir por si mesmas os rumos de suas vidas.

As relações de trabalho representam um aspecto importante nas relações sociais de gênero, e é no mundo do trabalho que homens e mulheres se enfrentam como indivíduos, aparentemente, livres e iguais. Aparentemente porque historicamente, na divisão sexual do trabalho, as atividades de prestígio e poder são associadas ao masculino, enquanto as mulheres, majoritariamente, ocupam profissões de menor prestígio social, principalmente as exercidas por mulheres pobres, excluídas do sistema formal de educação. As mulheres com acesso à educação e à profissionalização puderam trilhar caminhos antes negados a elas ou restritos a poucas. Aparentemente, todas as profissões foram conquistadas pela mulher, embora sua presença nas carreiras consideradas femininas - serviço social, educação, saúde e emprego doméstico - ainda seja dominante.

Estudos de modos de vida contemporâneos em sociedades complexas consideram que as identidades sociais dos indivíduos são, em grande medida, construídas mais expressivamente nos domínios do trabalho do que nas relações de família. A rápida mudança nas relações sociais, sobretudo no padrão homem provedor e mulher cuidadora, explica como o trabalho se tornou fundamental na vida



das mulheres na contemporaneidade. Nas sociedades capitalistas, autonomia e prestígio dependem da circulação de capital, e a independência financeira é extremamente relevante, razão pela qual a reivindicação por equivalência, em termos de emprego e salário, continua sendo uma das bandeiras mais caras ao movimento feminista, já que a sua inclusão na Constituição da República ainda não se concretizou na prática.

A expansão da escolaridade das mulheres é um dos fatores de maior impacto sobre o seu ingresso no mercado de trabalho e simboliza um caminho irreversível. Analisando apenas o trabalho formal em 2009, os homens representavam 53% da força de trabalho e as mulheres 48%, portanto já somos quase 50% da força de trabalho neste país. A maioria na Região Metropolitana de Belo Horizonte: as mãos femininas são responsáveis por 50,2% das riquezas produzidas na Região Metropolitana.

Alguém já disse aqui que, em tese, temos dois anos a mais de escolaridade, em qualquer nível que analisarmos - fundamental, médio ou superior -, que os homens. Mesmo assim, as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens. Em 2009, o total de mulheres ocupadas no Brasil recebia apenas cerca de 70% do rendimento médio dos homens ocupados. Em Minas Gerais não é diferente, corresponde a 68% do que ganhavam os homens. No mercado informal, o diferencial é ainda maior. Nesse segmento as mulheres recebem somente 63% do rendimento médio dos homens. Em Minas Gerais, esse percentual atinge apenas 57%. Esse diferencial, certamente, está relacionado à maior qualificação das pessoas no trabalho formal e com a média de horas trabalhadas, que, no mercado informal, é inferior para as mulheres.

A precarização do trabalho atinge também mais as mulheres. Entre as mulheres jovens de 16 a 24 anos de idade 69% estão em trabalhos informais. Na faixa etária acima de 60 anos, a proporção é de 82%. A alta participação desses segmentos em trabalhos informais pode estar relacionada à baixa escolaridade e, no caso das jovens, à dificuldade de acesso ao primeiro emprego; no caso das mais idosas, ao retorno de aposentadas e pensionistas ao mercado de trabalho para complementar a renda.

No que tange às desigualdades raciais, também as mulheres se inserem no mercado de forma diferenciada: são a maioria, inclusive no trabalho informal. As de cor branca ocupam 44% dos postos de trabalho; com relação às de cor parda 60% estão na informalidade; e as negras, 54%.

Apesar de corresponder, como vimos, portanto, a quase 50% da população economicamente ativa, as mulheres continuam a arcar com os afazeres domésticos e os cuidados familiares, que constituem trabalho não valorizado socialmente e acabam se tornando, inclusive, um trabalho invisível.

Dentro de casa, as pessoas trabalham muito; quem é dona de casa trabalha muito. E aí dizem: “Você trabalha?” E as pessoas normalmente respondem: “Não, não trabalho.” Nós mesmas incorporamos o conceito de que o trabalho dentro de casa, o cuidado dos filhos e toda a reprodução feita não sejam um trabalho, embora muitas mulheres que trabalham em casa tenham jornada de 8 a 10 horas diárias. No entanto, nós mesmas não o consideramos muito. Esse é um grande trabalho, inclusive importante na reprodução da força de trabalho do País, mas não é computado como produtivo e, portanto, sua invisibilidade.

No Brasil, a média de horas gastas pelas mulheres em afazeres domésticos, aquelas que trabalham fora - referimo-nos apenas às 8 horas das que trabalham fora -, é mais que o dobro das horas despendidas pelos homens. Em 2009, as mulheres ocupadas gastaram, em média, 22 horas semanais em afazeres domésticos, a média dos homens foi de 9 horas e meia. Essa mesma situação pode ser observada em Minas Gerais. Esse tipo de informação é relevante, uma vez que, de acordo com o estudo Perfil I do Trabalho Decente do Brasil, da OIT, a análise da conciliação entre o trabalho produtivo, vida pessoal e vida familiar é um dos aspectos da agenda de Trabalho Decente.

As informações estatísticas acerca do uso do tempo gasto nas diversas atividades do dia a dia é de fundamental importância para a obtenção de estimativas mais precisas sobre a chamada dupla jornada de trabalho, possibilitando, assim, a elaboração de políticas públicas que promovam maior qualidade de vida às pessoas, em especial às mulheres, que ainda hoje são as principais responsáveis pelos cuidados do lar.

A precarização do trabalho doméstico remunerado atinge fundamentalmente as mulheres que somam 93% desse nicho ocupacional e no qual, pasmem, 72%, em 2009, não tinham carteira assinada. É um contingente expressivo: 20% da força de trabalho feminino, das mulheres do Brasil, ainda estão no segmento empregadas domésticas.

Apesar dos avanços do trabalho doméstico que vimos na Constituição, ainda permanecem questões pendentes. É a única categoria profissional que não tem todos os direitos trabalhistas garantidos, como recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fixação da jornada de trabalho em lei, pagamento de hora extra - que não existe -, direitos ao seguro desemprego e salário-família. Esses direitos já foram estendidos a outras categorias, mas não às trabalhadoras domésticas. Esse perfil das trabalhadoras domésticas mostra o tamanho do desafio a ser vencido para melhorar as condições de seguridade e remuneração nessa categoria de emprego, garantindo-lhes mais dignidade, reconhecimento e melhores condições de vida.

Apesar de a relação mulher e trabalho estar marcada por dupla jornada, baixos salários e disparidade salarial, é neste espaço que as mulheres constroem uma nova identidade: a de ter autonomia, poder fazer escolhas e ser reconhecida socialmente. Em outras palavras: vamos continuar e queremos, cada vez mais, remar o próprio barco. Muito obrigada.

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste momento, exibiremos um vídeo produzido pela TV Assembleia, com opiniões de alguns cidadãos sobre o tema “Educação inclusiva e não sexista.”

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Boa-tarde às minhas colegas, companheiras e amigas, como as Deputadas Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Rosângela Reis; à Sra. Carmem Lúcia; à Secretária Maria Coeli, que nos representa no Executivo estadual; às Sras. Andréa e Marlise. Na pessoa da minha irmã Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim, cumprimento a comitiva de Betim, que já foi ou não nominada, toda a Região Metropolitana e lideranças. Além disso, a companheira e colega ex-Deputada Gláucia Brandão, na pessoa da qual



cumprimento a ex-Deputada Estadual Jô Moraes, que é a única Deputada Federal de Minas Gerais neste momento; as Sras. Ana Lúcia, da Caade; e Kátia, do CVI. Agradecemos aos Deputados André Quintão, Duarte Bechir, Celinho do Sinttrocel a presença e a todos os Deputados que passaram por aqui, como Adelmo Carneiro Leão, Rogério Correia e tantos outros. Isso é importante. De modo carinhoso, cumprimento o meu esposo, Venésio, companheiro de todas as jornadas, e que fez questão de estar aqui para nos prestigiar.

Na década de 50, dizia-se que nós, mulheres, só tínhamos de aprender a ler para sabermos a receita de goiabada e as nossas orações. Não faz tanto tempo assim. Felizmente as coisas mudaram bastante. Na minha época de criança, vi muitos pais proibirem as filhas mulheres de estudar. Só os homens precisavam estudar. Portanto, acreditavam que a mulher não precisava ler nem estudar, porque foi criada só para ter filhos e ficar em casa. Na época, realmente muitas tinham 10, 15 e até 20 filhos. Então, mulher não tinha tempo para estudar, e nem precisava disso.

Felizmente, hoje, já somos 51% da população do Brasil. Vimos que, no século XX, tivemos a conquista de poder ir à escola. Hoje, nós, mulheres já somos maioria no ensino médio e no superior, ou seja, 83% de todo o professorado do País. No entanto, ainda somos minoria na pós-graduação. Acredito que brevemente chegaremos lá. Queremos educação não simplesmente porque estamos preocupadas com números. Mais do que isso, queremos uma educação de qualidade, para que, de fato, nós, mulheres, e os homens sejamos companheiros e companheiras, sigamos lado a lado. Esse é o nosso propósito e desejo. Basta lembrar também que, entre as mulheres com mais de 45 anos, ainda há um alto índice de analfabetismo: em torno de 28%. As mulheres chefes de família são verdadeiramente as mais pobres. Tudo isso só nos desafia a mudar essa situação.

Lembro-me bem de que, no início da campanha eleitoral passada, quando visitava as lojas, via muitos jovens rapazes entusiasmados por poderem votar pela primeira vez numa mulher para Presidente, mas jovens mulheres ainda em dúvida. Depois vimos que as coisas foram mudando. Muitas vezes nós, mulheres, ainda temos introjetados esses contravalores de que não somos capazes. No entanto, hoje temos muito a celebrar! Nós, mulheres, fomos capazes de ser Presidentas da República, como Dilma Rousseff, Secretárias de Estado, como a Maria Coeli, Presidente de Conselhos Estaduais e Municipais, Secretárias Municipais, Coordenadoras da Coordenadoria de Igualdade Racial. Aliás, Ofélia, as mulheres negras ainda são as mais prejudicadas, tanto na educação quanto na questão profissional. Então, são duas vezes prejudicadas. Já estamos superando isso, trabalhando arduamente.

Precisamos de uma política de inclusão educacional. Temos a felicidade de haver mulheres com essa sensibilidade. Vimos que, no início do ano letivo, a nossa Presidenta disse que a política para a inclusão educacional deve garantir a educação pública para todas as crianças até seis anos, a fim de que pais e mães de crianças pequenas tenham maiores possibilidades de inserção igualitária no mercado de trabalho.

Se não temos, nessa política pública, garantia de educação de qualidade para as crianças, enquanto pais e mães trabalham, verdadeiramente não é de fato real o direito de que a mulher possa sair para trabalhar. No Brasil, apenas 30% das crianças até 6 anos estão na escola. Na Região Sudeste já são 32%, porém está muito aquém do que desejamos. Por isso temos de continuar.

No seu primeiro pronunciamento como Chefe da Nação, a nossa Presidenta escolheu a abertura do ano letivo para reafirmar o seu compromisso com a melhora da educação e convocar todos os brasileiros e brasileiras, todas as autoridades e lideranças para lutarmos juntos por uma educação gratuita, contínua e de qualidade. “Nós queremos”, diz a Presidenta, “que a única fome neste país seja a fome do saber, a fome de grandeza, de solidariedade e de igualdade, para que todos e todas possam fazer da educação a grande ferramenta de construção de seus sonhos”, afirmou ela, “de nossos sonhos”. Então, lutemos por um Brasil mais justo, igualitário, um Brasil onde todos e todas tenham o mesmo direito à educação.

No Dia Internacional da Mulher, nossa Dilma voltou a falar sobre a erradicação da pobreza extrema. A Presidenta entende que a pobreza tem cara: ela é muito feminina, está ligada às mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher. Ela está convencida de que uma política bem-sucedida de eliminação da miséria deve ser focada na mulher e na criança. E nós nos unimos à nossa Presidenta para dizer: mulheres, valem muito e podemos muito mais do que imaginamos. Nunca contra os homens, de forma alguma, mas ao lado, homens e mulheres. Isto é o que desejamos, o que queremos vivenciar, o que sonhamos: o companheirismo.

Gostaria de lembrar o nome de dois jovens que nos procuraram no início desta reunião: Luísa Lafetá, Presidente da União Nacional dos Estudantes, e Péricles Francisco, da União Colegial de Minas Gerais, que propõem uma campanha. Eles comparecerão nesta Casa amanhã, para um novo marco regulatório do minério, para criação de um fundo social do minério, a exemplo do pré-sal, para ser aplicado na educação e em tecnologia. São jovens que têm esse compromisso e contam com o nosso apoio, certamente de todas nós que aqui estamos, porque, de fato, sem educação, não poderemos avançar mais do que já avançamos neste país. Então, retomando, eles estarão nesta Casa a partir das 9h30min, para colocar em debate esse assunto.

Encerro pedindo a Deus que continue a dar sabedoria a nossa Presidenta, Dilma Rousseff, mas também a todas nós, mulheres que aqui estamos; às representantes do governo do Estado; às Deputadas desta Casa; às lideranças aqui presentes, como a Ana Pascoal, do Ceasa, minha amiga; a Conceição, Secretária de Saúde de Betim; a Rosa; a Ofélia, como já citamos; a Loira, ex-Vereadora; enfim, a todas as representantes de todas as cidades, que realmente propõem que haja uma efetiva ação por parte das mulheres no combate à desigualdade social.

Agradeço a esta Casa, que nos tem acolhido, mas, ao mesmo tempo, convocando-nos a nós, Deputadas, em número de 5 entre 77 Deputados -, mas certamente 5 Deputadas que têm compromisso com o direito da mulher, com a conquista do espaço, com companheirismo, para que de fato tenhamos Minas Gerais mais feliz de se viver, Minas Gerais que respeite o homem e a mulher.

Então, mais uma vez peçamos a Deus que nos dê força e coragem para que nossa sociedade seja feliz. Estamos assistindo à luta do Japão. Temos de mudar esse quadro mundial de violência, temos de começar dentro de casa, na busca de construir um mundo mais fraterno, mais justo.

Um abraço no coração de cada uma das nossas companheiras e dos homens, que são solidários conosco, até mesmo por estarem presentes aqui. Mais uma vez, dirijo-me aos Deputados que são solidários à causa e querem construir conosco um mundo onde homens e mulheres tenham seus direitos garantidos, sejam felizes e façam felizes todos os que os cercam. Muito obrigada.



Exibição de Vídeo

O locutor - Assistiremos agora a um vídeo produzido pela TV Assembleia com opiniões de alguns cidadãos a respeito do tema “Mulher e poder - participação social e política”.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Rosângela Reis

Exma. Sra. Deputada Ana Maria Resende, Presidente nesta reunião especial; colegas Deputadas presentes - Liza Prado, Maria Tereza Lara, Luzia Ferreira -; Maria Coeli, representando a Casa Civil; demais representantes da Mesa; saúdo também todos os que nesta tarde vieram participar desta homenagem, deste momento de reflexão, para travarmos novas lutas em busca de novas conquistas. Parabéns a cada mulher mineira que nos assiste pela TV Assembleia, a imprensa, a equipe técnica que colaborou para a preparação deste trabalho tão importante.

Minha voz nesta tarde, na verdade, é muito maior que a voz de uma mulher, esposa, mãe, professora e parlamentar. Gostaria que todos nós aqui reunidos, homens e mulheres, engajados na luta por uma nação mais igualitária, entendêssemos que a voz que faz este pronunciamento tem a força de um eco histórico. Pois, junto à minha voz, ecoam centenas de outras vozes de mulheres, exemplos de mineiras e de brasileiras que sonharam, lutaram e conquistaram a emancipação feminina. Do direito ao ensino formal ao direito de votar; do direito de expressão ao direito de ter uma profissão, foram essas mulheres que construíram a nossa trajetória política. Foram essas mulheres que impuseram a bandeira da igualdade e convenceram a sociedade de que, independentemente das características biológicas diferentes, somos absolutamente iguais em nossas capacidades fundamentais. Portanto, essas inúmeras vozes da história certamente esperam que meu discurso aponte para o futuro. O futuro que temos nas mãos de mulheres poderosas como a Senadora Marina Silva, merecedora de 19 milhões de votos nas últimas eleições.

A voz da Floresta Amazônica e, ao mesmo tempo, a voz da mulher negra e pobre que deu a volta por cima e se tornou uma extraordinária presença feminina em nossa terra, reconhecidamente uma das personalidades que podem mudar os destinos do Planeta. O futuro da nação brasileira também passa pelas mãos firmes de uma mulher que enfrentou os horrores da ditadura militar, a mineira de Belo Horizonte, Dilma Rousseff, a primeira mulher a subir a rampa do Planalto.

Os avanços são significativos e nos enchem de brilho e esperanças, mas jamais perderemos a consciência da realidade presente, ainda desfavorável às mulheres na esfera pública, sobretudo no que diz respeito à participação da mulher nos espaços de poder. No Brasil, as mulheres são mais da metade da população e do eleitorado, têm maior nível de escolaridade e representam quase 50% da população economicamente ativa, entretanto se nota uma vergonhosa sub-representação das mulheres na política institucional. A sociedade construiu historicamente o estereótipo da mulher ligada à ideia do sexo frágil, uma maldosa associação de docilidade e meiguice com incapacidade para comandar. Essa imagem é reforçada por setores que, infelizmente, insistem em fechar os olhos para os feitos e as conquistas das mulheres. Provamos sistematicamente que somos capazes de realizar e temos o mesmo poder de decisão que os homens demonstram. Então, o que nos falta para que a mulher seja mais bem representada nas instâncias de poder?

A pergunta é intrigante e só pode ser respondida se olharmos, atenta e simultaneamente, para as condições da mulher e a nossa atual lei eleitoral. Temos, desde 1996, uma legislação que garante no mínimo 30% das vagas nos partidos a serem preenchidas por ambos os sexos. Entretanto, para a maioria esmagadora das mulheres brasileiras, a participação política ainda é algo distante de sua dura realidade cotidiana: mulheres possuem dupla jornada de trabalho, sofrem com a falta de creches para seus filhos menores, convivem com a violência doméstica e - o maior de todos os obstáculos - não dispõem de recursos financeiros para desenvolver uma campanha política. Boa parte de nossas atuais candidatas entram nas campanhas por pura formalidade, simplesmente para preencher a cota do partido. Sem dinheiro e sem autoestima, essas mulheres são meras coadjuvantes da cena política brasileira. Também fui uma dessas mulheres, nos primeiros mandatos como Vereadora, e, já no segundo mandato, conseguimos fazer o segundo Vereador eleito na cidade de Ipatinga.

É plenamente cabível haver algumas mudanças no Código Eleitoral que contribuam para a ampliação da participação feminina, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo.

A primeira delas é o financiamento público de campanha. Uma reivindicação da sociedade brasileira para igualar a disputa entre os candidatos e moralizar as campanhas eleitorais. Assim teremos eleições equiparadas e condições objetivas para as mulheres terem visibilidade e qualidade na apresentação das propostas para a sociedade durante os pleitos. Dessa forma certamente teremos candidatas experientes, engajadas nos movimentos sociais, preparadas, tanto politicamente quanto tecnicamente, para disputar eleições e defender as políticas públicas por meio da rede intersetorial que o Estado dispõe, como a Coordenadoria da Mulher, o Juizado Especial, as Casas-Abrigos, as delegacias de mulheres, e também será possível vermos muitas candidatas mulheres discutindo outros temas da pauta pública, como segurança, transporte, economia, desenvolvimento econômico, comércio exterior, e muito mais.

O protagonismo político das mulheres faz parte de um desafio que pertence a todos os que aspiram à democracia. Lutamos por mudanças na cultura política que assimilem as transformações que estão ocorrendo nos planos estadual, nacional e internacional. Liberdade, paz, igualdade, democracia, essas são palavras femininas que alimentam nosso espírito e animam os nossos corpos a se manterem firmes na batalha pela justiça social. Invoco, mais uma vez, as vozes das grandes mulheres da história deste país e deste Estado para lembrar que uma nação só se constrói quando todas as vozes compõem a harmonia da sinfonia social. Afinal de contas, a nossa luta é para que a cidadania alcance indiscriminadamente homens, mulheres, crianças, idosos, brancos, indígenas, estrangeiros, todos os seres humanos nascidos do ventre de uma mulher. Muito obrigada e um abraço a todos.

Apresentação Musical

O locutor - Teremos agora mais uma apresentação musical, com a cantora lírica Eliseth Gomes, que interpretará a canção “O mio babbino caro”, do compositor Puccini, da ópera de Gianni Schicchi.

- Procede-se à apresentação musical.



Palavras da Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet

Cumprimento a Presidente da Mesa, Deputada Ana Maria Resende, na pessoa da qual saúdo todas as mulheres que compõem a Mesa. Na pessoa da Prof. Maria Coeli, Secretária da Casa Civil, cumprimento também todas as mulheres presentes. Boa-tarde.

Serei breve. Confesso que não sabia que teria a palavra, mas tenho a acrescentar um dado histórico acerca da dominação masculina sobre a mulher.

Há bilhões de anos, quando o mundo começou a ser habitado, não existia nenhuma distinção entre homens e mulheres. Ao contrário, o homem, que desconhecia a questão da maternidade, reputava que a mulher fosse uma deusa e assim a tratava e a venerava. A mulher tinha o poder de engravidar, de multiplicar as gerações, e, como o homem não conhecia o mistério, tratava a mulher como uma deusa. Nessa época, o homem vivia colhendo frutas e hortaliças.

Na medida em que o mundo evoluiu, o homem descobre que é ele que tem o poder de fazer, efetivamente, com que a mulher fique grávida. Entramos na fase da caça aos grandes animais e, então, desassociamos aquela fase em que eles viviam no regime tribal. O homem tem de sair para caçar e descobre que, se vacilar, terá de sustentar e alimentar uma prole que não é sua. Nasce o modelo monogâmico, não por questões de amor ou fidelidade, mas por questões de herança, de guerra - digamos -, porque, se ele morre na caça, está dando a vida para alimentar uma prole que não é sua, se ele é traído, corre risco de morte na caça para sustentar uma prole que não é dele. Então passa a existir esse modelo, em que a mulher é jogada para o privado, é retida no âmbito público, e o homem, desde esse período, é remetido ao ambiente público, externo - digamos assim.

A humanidade evoluiu, e a grande derrocada feminina, a sobreposição do homem sobre ela, indubitavelmente, deve-se à Santa Inquisição. Na Santa Inquisição - que de santa só tinha o nome, pois foi um movimento por detenção de poder e terras -, cerca de 100 mil mulheres foram levadas à fogueira. Hoje, sociólogos, antropólogos e historiadores registram que, curiosamente, essas mulheres consideradas bruxas eram orgásticas, alfabetizadas e tinham ficado viúvas, mas se recusavam a casar-se novamente e dividir o poder ou a propriedade das terras com outro homem. Elas queriam gerir seus próprios bens e foram levadas à fogueira.

Consciente do poder de força do universo masculino, a mulher se recolhe, quase definitivamente, ao ambiente doméstico, tornando-se a rainha do lar, esquentando a barriga no fogão e esfriando-a no tanque. Esse modelo avança na modernidade quando, na década de 1960, a mulher, que ainda não sabia exatamente o que queria, mas tinha certeza do que não queria, queima os sutiãs em praça pública. Caminhamos, e nasce o movimento feminista, que foi o embrião do avanço da mulher na sociedade.

Chegamos aos tempos modernos, em que temos instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha, que tutela a mulher. Às vezes, fico me questionando se esse instrumento não deixa revelar a fragilidade feminina diante do homem. A lei tem como vítima apenas a mulher em situação de violência doméstica, não aquele que é vítima de violência doméstica.

Gostaria de me dirigir às colegas dessa Mesa feminina, rara de se ver, pois na maioria das vezes é eminentemente formada por homens. Ainda hoje, existe um preconceito contra a mulher que, muitas vezes, nasce das mãos dela própria. Já vi mulheres dizendo que preferem ginecologistas e dentistas homens, pois não confiam em médicas. Eu mesma, como Defensora Pública, quando iniciei minha carreira no Tribunal do Júri, fui questionada por um homem, assistido pela Defensoria Pública, muito maior do que eu, se não havia um homem para fazer sua defesa. Existe essa desconfiança com relação à mulher profissional.

Quando nascem os bebês, dependuramos na porta do quarto da maternidade uma chuteirinha e mandamos o homem para a rua. É como dizer: "Vai embora, não jogue bola dentro de casa". Quando nasce uma menina, penduramos uma bonequinha, como se disséssemos: "Fica comigo, querida, vai treinar para ser mamãe no fogãozinho e nas panelinhas". Assim, vamos criando uma cultura que leva a mulher a ser submissa ao homem, que leva o homem ao âmbito público. E, ainda inconscientemente, queremos que a mulher seja retida dentro de casa e que ela tenha o instinto maternal.

Há um tempo, uma música fez muito sucesso, e toda vez que a ouvia ficava muito irritada, porque era um hino machista que as mulheres cantavam enlouquecidas na pista de dança. A letra dizia: "Um tapinha não dói".

Sempre tive maior afinidade com o direito penal e, fazendo certa vez um estudo sobre a sexualidade na legislação penal, concluí facilmente que o Código Penal é masculino. A legítima defesa, por exemplo, que é um grande instituto de absolvições, raramente pode ser utilizada em favor da mulher quando ela é vítima e o homem o seu agressor, pois o requisito número um da legítima defesa é a reação logo após a injusta agressão. Qual mulher que tem juízo reage à agressão de um homem? Se ela reflete no momento da agressão, não consegue reagir, pois, na natureza, o macho sempre é fisicamente mais forte do que a fêmea.

Há ainda a questão do aborto e do infanticídio. Lógico que não pretendo levantar bandeira em defesa do aborto. A exposição que faço se refere ao fato de que a mulher sofre uma punição penal. Onde está o pai da criança? Por que será que ela decidiu fazer um aborto? Será que uma mulher que tem um companheiro, amparo, amor e condições de criar o seu filho parte para uma decisão tão radical como essa? A questão do infanticídio foi muito bem exposta pela Deputada. O que diferencia o infanticídio do homicídio? É o estado puerperal, que nada mais é do que a depressão pós-parto. A mulher fica doente. Estatísticas demonstram que esse crime é muito mais comum nas camadas financeiras mais baixas do que nas mais altas. Nas camadas financeiramente mais privilegiadas, a mulher tem todo o amparo e resguardo e, se fica deprimida, há toda uma estrutura social para separar a mulher do bebê. A sogra, por exemplo, vai passar uns dias na casa do casal.

Finalizando, gostaria de reafirmar o apoio da Defensoria Pública, que é uma instituição feminina, à mulher; não apenas à mulher vitimizada, mas a toda mulher que efetivamente precise trilhar os caminhos da Justiça. Quero também registrar que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais comemora nesta semana a Semana da Mulher, com uma feira de artesanato na Rua Paracatu, nº 304, em parceria com a Pastoral da Mulher Marginalizada. A feira está linda, e todos estão convidados. Hoje também, na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, não visando atender tão somente a mulher, mas a toda a população carente, foi firmado um convênio entre o Estado, o Município e a Defensoria Pública para a desjudicialização das questões da saúde. Todos que tiverem problemas com o fornecimento de medicação ou de tratamento poderão procurar a Defensoria Pública para resolver a sua demanda na esfera administrativa, livrando-se assim de processos judiciais. Para a mulher que lamentavelmente for vítima de algum tipo de



violência no ambiente doméstico, na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais há o Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher - Nudem.

Gostaria ainda de elogiar a iniciativa da Assembleia Legislativa em abrir este espaço para a população, o que torna de certa forma o universo um pouco mais feminino. Torço para que todos possamos, homens e mulheres, seguir de mãos dadas na construção de um mundo melhor. Obrigada.

Palavras da Sra. Carmen Rocha Dias

Boa tarde a todas e a todos. Peço licença à Presidenta, Deputada Ana Maria Resende, para, na pessoa da Dra. Coeli, cumprimentar a Mesa. Quero cumprimentar também, de maneira muito especial, nossa plateia, homens e mulheres. Destaco a presença do grupo do Jardim Filadélfia, que ficou aqui conosco e trouxe, debaixo de chuva, jovens, mulheres e crianças. Esse grupo está realmente avançando e fazendo um belo trabalho de participação nessa comunidade. Não que outros não estejam, mas temos um carinho especial por esse, pelo avanço que ele tem obtido.

Disseram que tenho 20 minutos, mas não gastarei esse tempo, porque, na realidade, o Conselho Estadual da Mulher, do qual ainda estou Presidente e que completa neste ano 28 anos, recebeu de bom grado a tarefa de fazer uma síntese das brilhantes apresentações que nos antecederam aqui. É uma tarefa muito importante e desafiadora, mas impossível. Esta é uma tarde de reflexão e de grande aprendizado, a partir da sempre brilhante apresentação da Dra. Coeli, que nos ensina muito, e das apresentações que nos antecederam. Todas falaram de direitos. Ouvimos aqui, na sequência, a Deputada Ana Maria Resende falar sobre a segurança e o contraponto da violência; a Deputada Liza Prado apresentar-nos reflexões sobre a saúde; a Deputada Luzia Ferreira falar sobre o trabalho; a Deputada Maria Tereza Lara apresentar-nos pontos para reflexão sobre educação inclusiva e não sexista; a Deputado Rosângela Reis falar sobre a mulher e o poder; e agora as brilhantes exposições da Dra. Andréa. Na verdade, estamos nesta tarde falando de direitos, constitucionalmente assegurados a todas as pessoas. O Conselho também tem trabalhado neles, falado sobre eles e buscado sua implementação. A trilha do Conselho tem sido feita para buscar a igualdade de direitos e de oportunidades entre todas as pessoas. Mas é preciso lembrar, e isso ficou muito patente em todas as exposições, que direitos só se tornam efetivos quando exercidos. Daí a importância do acesso às políticas, não só de saúde, de trabalho, de educação, mas também de lazer, de cultura. Essas políticas podem efetivamente tornar esses direitos acessíveis a todas as pessoas.

Falamos de avanços, conquistas. Há muito o que comemorar realmente nesse 8 de março. Não repetirei esses avanços, que são muitos, da mulher mais escolarizada, da mulher nos espaços de poder, mas chamarei atenção também para a mulher na democracia participativa, em que sua condição é melhor que na democracia representativa. Esse é um desafio em que precisamos realmente avançar. Além desses avanços, muitos desafios ainda permanecem. Eles só podem ser enfrentados com uma coisa que esta Casa nos dá: a oportunidade de participação, de mobilização.

Dessa forma, o Conselho, particularmente, tem muito a agradecer à equipe desta Casa, à equipe que não tem medido esforços para nos atender, para ser nossa parceira, e às Deputadas, que estão sempre presentes, porque essa é uma caminhada. Já avançamos muito, mas precisamos da participação de todos. Quando digo todos e todas, refiro-me a governo e sociedade civil, que, na verdade, fundem-se no Conselho como uma só representação, buscando fazer o controle social dessas políticas e de quem tem acesso a elas.

Muitos desafios permanecem. Por quê? Se as mulheres estão mais escolarizadas, por que essa maior escolaridade tem mais acesso à educação? Por que essa maior escolaridade ainda não se reflete no mercado de trabalho? Por que ainda prevalece o modelo, como foi dito aqui, do homem provedor, da mulher cuidadora? Onde o reflexo da divisão sexual do trabalho predomina, levando as mulheres a desempenhar ocupações menos qualificadas? Onde predomina a diferença entre o trabalho reprodutivo e o não reprodutivo, entendendo-se trabalho da mulher como trabalho reprodutivo, que significa aquele que representa o cuidado e a perpetuação da família? Por que o trabalho reprodutivo é tão pouco valorizado na nossa sociedade? Uma das causas que gostaria de acrescentar ao que foi dito é o fato de esse trabalho reprodutivo não ser remunerado. Não há como calcular o tipo de composição e como ele contribui para o PIB do País. Ele não entra na composição do PIB, que mede o crescimento da economia do País. Por isso ele é invisível, como foi dito. Há estudos que buscam indicadores para mensurar esse trabalho. Mas ainda há estudos equivocados que abordam o trabalho doméstico, cuja dificuldade de estar inserido na sociedade como gostaríamos e desejaríamos nós conhecemos.

Quando às observações feitas por ela, referente aos dados de 2009, eu falaria sobre os dados dos cadastros gerais de empregados e desempregados de 2010. Sabem qual a diferença de um salário inicial de uma mulher e de um homem? Em Minas Gerais, a mulher recebe um salário inicial de R\$653,62, enquanto o homem recebe R\$784,13 para desempenhar tarefas semelhantes. Então, embora haja mudanças no mercado de trabalho, as mulheres ainda se sujeitam a trabalhos mal remunerados. Sujeitam-se a salários menores exatamente porque precisam conciliar as jornadas de trabalho e, para isso, procuram as jornadas parciais, ou seja, diminuem o seu poder de barganha no mercado de trabalho. É preciso entender que as mulheres no mercado de trabalho não correspondem à escolaridade exigida. É muito difícil as mulheres ocuparem postos de comando. Mais uma vez observamos uma curiosidade: quando se trata de concurso público, os cargos estão sendo preenchidos por mulheres porque valem o mérito e a competência. Então é preciso refletir sobre esse aspecto. Também é preciso lembrar que a sociedade está mudando. Vivemos em outros tempos, em que 34,9% das famílias são chefiadas por mulheres. Por outro lado, está caindo a taxa de natalidade. De 1960 para 2008, de 6,8 filhos por mulher, a taxa de natalidade abaixou para 1,8 filhos. O que está acontecendo? Novas composições familiares estão surgindo. Não podemos analisar a presença da mulher no mercado de trabalho pura e simplesmente com base em uma composição tradicional de grupo familiar. Como este é um momento de reflexão, gostaria de chamar a atenção para esses aspectos, que são importantes.

Também é fundamental desconstruirmos certos mitos, uma vez que a cultura empresarial ainda prioriza o homem em detrimento da mulher. Ainda pensam que investir na mulher, que admitir a mulher trará dificuldades, em razão da licença-maternidade, do cuidado com os filhos, da necessidade de ir à reunião na escola dos filhos ou de levar o filho ao médico para vacinar. O mundo empresarial ainda carece de desconstrução de uma série de valores. Os homens estão historicamente trabalhando com o suporte das mulheres que



têm em suas casas, que desempenham trabalho não remunerado. Trabalha-se para transformar efetivamente bens produzidos no trabalho produtivo em bens que serão consumidos, porque ninguém produz uma geladeira se a dona de casa não a utilizar.

Gostaria, ainda, de falar um pouco sobre segurança, conforme mencionado pela Ana Maria. É preciso chamar a atenção para o fato de que a violência deve ser combatida diuturnamente, além de desconstruída como fenômeno natural, o que ela não é. Dizem que a Lei Maria da Penha não está adiantando nada. Está sim: uma pesquisa demonstrou que 89% das pessoas pesquisadas já ouviram falar nessa lei. Queríamos que ela não existisse, mas, se é necessária, precisa ser efetivamente implementada.

A Deputada Liza Prado falou sobre saúde. Precisamos chamar a atenção para o fato de que muito já se fez pela saúde curativa. O governo, especialmente o de Minas, tem avançado muito no que se refere à saúde curativa. Minas Gerais possui 853 Municípios, não sendo possível governar apenas para Belo Horizonte. É preciso pensar em todos os Municípios, assim como nas ações de saúde preventiva. Saúde tem a ver com violência, cujo custo se reflete na saúde. A depressão da mulher violentada, que ficará tomando remédio de tarja preta, que precisará ir ao posto de saúde todos os dias, tem custo. Economicamente é possível mensurar que a violência pesa, assim como a falta de saúde, e que ambas se refletem no trabalho, pois, de cada cinco dias de falta ao trabalho, um ocorre em decorrência da violência.

Com relação à educação inclusiva, e não sexista, conforme abordado pela Deputada Maria Tereza Lara, precisamos nos lembrar da inclusão nos currículos de novos parâmetros educacionais sob a ótica de gênero. A Dra. Andréa disse muito bem que temos responsabilidade histórica sobre a educação de meninos e meninas. Historicamente educamos de forma diferente meninos e meninas. É preciso pensar nisso também.

Quanto à relação entre mulher e poder, abordada pela Deputada Rosângela Reis, é necessário também, além do que ela já abordou acerca da legislação eleitoral, que a sociedade civil se envolva na discussão da mudança da legislação eleitoral.

Como é o financiamento de campanha? Por que ele é assim? Precisamos conhecer, aprender, manifestar-nos, porque é dessa forma que conseguiremos inserir mais mulheres no poder. São muitos os desafios rumo à construção da cidadania.

Para finalizar, gostaria de sintetizar que é preciso enfrentar os desafios, o que significa contar com políticas públicas implementadas de forma parceira entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil. São desafios que precisam ser enfrentados pelos governos federal, estadual e municipal, porque é no Município que as mulheres, os homens e as pessoas moram, sonham e constroem suas vidas.

É preciso também exercer o controle social sobre a implementação das políticas. Como eu disse no início, direito bom é aquele exercido efetivamente. Então, é preciso exercer o controle social sobre a implementação e o acesso às políticas públicas, por meio, claro, da presença dos conselhos municipais de direitos em todos os Municípios.

Organizar e manter redes de enfrentamento à violência de modo a proteger as vítimas e a combater a impunidade dos agressores. Sabemos hoje que a impunidade é um dos grandes males que incentivam o crime. É preciso, como dizemos no Conselho, ter tolerância zero com a impunidade, mas tolerância dez com ações preventivas, para se prevenir a violência através do diálogo, da tolerância, da mediação, da desconstrução de modelos de dominador e dominado, vítima e culpado. Não podemos colocar essa dicotomia entre quem tem o poder e quem está submetido ao poder; quem domina e quem é dominado; quem é vítima e quem é culpado; porque, se continuarmos com esses parâmetros, torna-se muito difícil buscarmos a parceria dos homens, das mulheres e de todos na construção de uma sociedade melhor. É preciso, então, que haja ações concretas para trabalhar essa questão não tão separadamente.

Por fim, enfrentar esses desafios também significa conceder poder às mulheres. Dar-lhes poder no que elas têm de bom e que podem, que é exatamente a sua capacidade, competência e autoestima para cima. Vimos aqui um desfile de “n” exemplos de pessoas que começaram a partir da qualificação profissional, investiram na sua capacitação e hoje estão gerando renda e cuidando das suas famílias.

Essa é a síntese que tentei fazer dos pontos mais importantes que encontramos nessas falas, sobre os quais certamente não daria para eu falar em 5 ou em 20 minutos. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Marlise Matos

Boa tarde a todas e a alguns poucos que ainda resistem, heróis da resistência até o fechamento desta cerimônia.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Presidenta, Deputada Ana Maria Resende. É um prazer estar aqui. Agradeço, de antemão, a oportunidade de, mais uma vez, retornar a esta Casa. Sempre que convidada, retornarei, mesmo que seja 1 dia dos 365 que temos para ocupar esta Mesa com figuras femininas. É um evento raro e digno, de fato, de comemoração. Este espaço aqui é essencialmente masculino. Várias palestrantes que me antecederam reportaram e indicaram inúmeras estatísticas e dados. Aliás, eu iria cansar um pouquinho vocês com eles, mas já me desincumbi dessa tarefa. Como professora, tenho a ingrata posição de ter de apresentar pelo menos um grande contexto, ainda mais sendo uma professora de ciência política, numa Casa como esta, que é o ponto mais alto da nossa democracia representativa no Estado. Evidentemente o meu tema só poderia passar e tangenciar o tema das mulheres e da democracia das mulheres no espaço de poder. É sobre ele que vou debruçar-me, mas não vou me estender muito.

Pertenço ao Conselho Estadual da Mulheres. Sou presidida, com muito orgulho, pela Profa. Carmen Rocha, sendo Conselheira Estadual da Mulher. Temos hoje, este ano, um gigantesco desafio, e esta Casa certamente será uma caixa de ressonância para esse grande desafio. Este é um ano de conferência de políticas para as mulheres.

Realizamos em 2004 a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e elaboramos um plano nacional de políticas para esse segmento. Reformulamo-lo em 2007. Tive o prazer de ser delegada na primeira e na segunda conferência. Acho que não precisamos de um plano novo. Não adianta ficar reelaborando planos. Devemos tentar verificar o que foi construído e conquistado.

Em Minas Gerais, temos um imenso desafio a acrescentar nesse processo, que é elaborar, de fato, um plano com o caráter para o qual a nossa Presidenta do Conselho chamou a atenção aqui, paritário, de participação efetiva da sociedade civil e dos Poderes



formalmente constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário. Que resulte daí o nosso Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. No Conselho teremos o enorme prazer de acompanhar, monitorar e fazer o controle da efetivação desses direitos.

Acrescentaria, à fala da Profa. Carmen, que estamos aqui para discutir não só direitos, mas também infelizmente a situação continuada de violação dos direitos das mulheres. Foi sobre isso que todos nós reiteradamente, cada uma no seu estilo, com sua própria forma de ser, explicitamos, em arenas as mais diversificadas: depois de dois longos séculos de transformação, quanto os direitos das mulheres continuam sendo violados de modo sistemático.

Quero reportar a nossa plateia que temos uma transformação em curso na América Latina e no Brasil. Elegemos a primeira mulher Presidente da República no Brasil. Temos Presidentas de outros países latino-americanos. Na Costa Rica, também em 2010, foi eleita uma mulher para a Presidência. No mundo temos 19% de mulheres na política - isso se utilizarmos a fonte que é recorrentemente tratada, que é o instituto interparlamentar da ONU sobre mulheres na política. A participação e a representação das mulheres no mundo inteiro são muito baixas. Já vimos aqui, na fala de algumas que me precederam, um pouco dessas estatísticas.

Tocarei em um ponto que considero crucial e que não foi aqui tão explicitado. Queria que todos nós que estamos presentes a esta reunião de reflexão pensássemos e refletíssemos que o problema da sub-representação feminina não é um problema das mulheres. Ele é um problema da democracia brasileira e do mundo, do modelo de democracia que se está construindo no Brasil, prescindir do potencial, da força e da capacidade de trabalho das mulheres é uma atitude absolutamente burra, ignorante.

Hoje são 52% do eleitorado, há 51% da população nessa situação. Não faz sentido podarmos 50% das habilidades, das capacidades e do potencial que existe de avanço, de promoção daquilo que gostaríamos que fosse continuado no Brasil, ou seja, um projeto de desenvolvimento continuado, sustentável, efetivo. Isso não se realizará sem a metade da população brasileira. É tão simples quanto isso. Não continuaremos uma trajetória de desenvolvimento sustentável e de longo prazo sem a participação das mulheres ou com a violação continuada e sistemática dos direitos das mulheres. Esse desenvolvimento não ocorrerá, não se sustentará. Portanto, nesse sentido, a questão das mulheres e do trabalho político delas não é um problema das mulheres, mas deste Parlamento e dos Deputados deste Parlamento, e não apenas das cinco Deputadas desta Casa. É um problema da democracia brasileira.

Praticamos taxas parecidas ou mais baixas que os países árabes. Em 2011, fiz a atualização desta apresentação, estes são os dados das médias mundiais das grandes regiões continentais. Os países árabes estão na frente do Brasil, em média, têm 12,5% de representação de mulheres, nós temos 9%, 10%, 15%, quando muito no Senado. Como sabem, as mulheres árabes têm muito menos direitos efetivados que as brasileiras.

Em 2007, o Brasil perdia apenas para o Haiti e para a Colômbia. Agora, perdemos apenas para o Panamá. Mesmo o Haiti, conflagrado, em guerra e destruído por um terremoto, ultrapassou o Brasil na média de mulheres no Parlamento. Perdemos apenas por módico 0,1%. Portanto estamos na lanterninha da liderança latino-americana em mulheres no Parlamento, já que 0,1% é um dado estatisticamente irrelevante. Sabendo do papel de liderança que o Brasil ocupa na região latino-americana, isso é absolutamente incompreensível, injustificável. Obviamente, o que vamos nos perguntar é por quê.

Pularei essas estatísticas e gastarei meus últimos 10 minutos para tentar mostrar-lhes que, nas duas últimas legislaturas - não achei o gráfico para atualizá-lo -, arrastando a linha rosa veremos o número de Deputadas em Minas Gerais. Sem nenhum demérito, o esforço das mulheres bravas, corajosas, que estão conseguindo se fazer representar no Parlamento mineiro. Mas elas estão se arrastando. Havia uma tendência de ascensão que se inverteu na última legislação, absolutamente de modo surpreendente. A mídia coloca o microfone na minha boca e me pede: "Professora, explique como isso aconteceu. Havia 10 mulheres parlamentares, e, agora, apenas 5". Não há bola de cristal que possa resolver esse enigma, não há toque de mágica nem varinha de condão que resolva o problema da sub-representação política das mulheres, pura e simplesmente, porque esse é um problema multidimensional. Ele não tem uma única solução. Gostaria perfeitamente de falar ao primeiro repórter que reiteradamente me convoca para explicar à opinião pública o porquê de essa representação pública cair dessa maneira e dizer: "Olha, é a reforma política". Façam a reforma política, que, no dia seguinte, na próxima eleição, teremos 40% de mulheres no Parlamento.

Na verdade, não teremos 40% de mulheres no Parlamento, se fizermos exclusivamente a reforma política. Então, é muito simples.

Ao longo de 2006, 2007 e 2008, elaboramos uma pesquisa na qual entrevistamos um conjunto bastante amplo de mulheres. Na realidade, 112 mulheres foram entrevistadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - Nepem. Aliás, muitas delas se encontram aqui presentes. Das 95 candidatas, entrevistamos 53. Só para dar uma dica, muitos partidos não sabiam localizar as suas mulheres candidatas que haviam concorrido em 2006 e no início de 2007. Supostamente todo partido tem de ter uma ficha de filiação. Ninguém se candidata sem ser filiado. É preciso pelo menos um ano de filiação. Os partidos não sabiam onde estavam essas mulheres. Não conseguimos encontrar as mulheres candidatas às eleições na Assembleia Legislativa de Minas Gerais no ano de 2007. Na verdade, tínhamos dificuldades para localizá-las. Isso nos fala de uma estrutura partidária, ou seja, nos diz algo das estruturas partidárias no Brasil. O que ocorreu com as fichas de filiação, os endereços, os telefones e os contatos das mulheres candidatas em 2006 às eleições para a Assembleia de Minas Gerais? Muitas delas com mandato-tampão. Por isso não havia um registro nem algo realmente constituído e guardado num arquivo, mesmo que em papel, etc.

Entrevistamos 9 das mulheres que se elegeram naquele pleito; 24 Deputadas num total de 45 que tinham sido eleitas para a legislatura de 2004 no Congresso Nacional; e 28 líderes partidários. Para entender, tanto do aspecto do recrutamento das mulheres que estão se candidatando quanto dos porteiros dos partidos partidários, o que aqueles que são responsáveis pelo recrutamento partidário pensam das candidaturas femininas, para obtermos um universo bastante compreensivo. As pesquisas com as quais até então tinha contato eram feitas com as mulheres eleitas. Na verdade, as mulheres eleitas foram eleitas e conseguiram superar a barreira de obstáculos. Costumo dizer que a eleição de uma mulher no Brasil é competição e uma corrida de obstáculos. Quer dizer, começam superando um, mais um e mais um. Se eleitas, a barreira continua, assim como a corrida de obstáculos, porque permanecer no Parlamento... Aliás, sabemos que as pesquisas também nos indicam que o que garante a elegibilidade de um Deputado ou Senador é o estatuto da reeleição. Só que as mulheres que se elegem não querem a reeleição. Algumas estão tão desmotivadas e deprimidas que



não querem se recandidatar. Qual sistema político produz esse efeito nas mentes e nos corações daquelas mulheres que superaram - aliás, veremos isso aqui - esse conjunto sistematicamente orquestrado? Esse conjunto de obstáculos não é casual, não se dá por uma questão da natureza. Não há crosta nem placa tectônica que explique o conjunto de obstáculos que se erigirá na frente da mulher ao longo de toda essa trajetória.

A decisão política pela candidatura feminina é o primeiro obstáculo. Os 28 líderes partidários que entrevistamos foram unânimes em dizer que as mulheres não têm ambição política, ou seja, não ambicionam o espaço político, nem que o partido está aberto para elas. Precisamos relativizar essa afirmação forte. Não é verdade que as mulheres não têm ambição política. A nossa Presidenta comentou que as mulheres estão participando politicamente. Todos podem ir a qualquer assembleia do Orçamento Participativo - OP -, ou seja, a qualquer assembleia regional do OP. Aliás, não se conta, pois, infelizmente, não há uma estatística confiável OP em Belo Horizonte. Portanto, não podemos afirmar. Tenho alunos que fizeram essa observação empírica de que há muito mais mulheres nas grandes plenárias do OP. No entanto, quando elas vão subindo na hierarquia - aliás, é como na empresa, no Parlamento ou em qualquer lugar -, vão se tornando algo rarefeito por um fenômeno “terremótico”, como um “tsunami”. As mulheres desaparecem. Estalam-se os dedos, e não há mulheres lá em cima, mas sim só homens.

Na verdade, elas estão na base, nos movimentos que crescem, nos movimentos urbanos, nos OPs, na luta pela creche, pela moradia, pelo saneamento básico. Mas elas não vão adiante porque não têm ambição política. Esse argumento é cômodo, confortável.

O primeiro nível de obstáculo que as mulheres vão enfrentar é que existem raízes privadas para atuação no público. E nós ouvimos aqui - reiterada vezes, reforçadas nas falas que me antecederam - que as mulheres estão vinculadas ao mundo privado e os homens, ao público. Essa é uma história, e a nossa colega Andréa, Defensora, mostrou. Nós arraigamos uma construção de relações de gêneros em que as mulheres cuidam, os homens proveem. E elas cuidam na esfera da intimidade do mundo doméstico privado; e os homens estão no público, nas arenas e nas esferas públicas. As nossas sociedades são construídas em cima dessa dicotomia estrutural, a serviço de um exercício de poder, de uma relação de dominação do público sobre o privado e dos homens sobre as mulheres.

Por que as mulheres não vão à candidatura política? Muitas delas porque não têm tempo. Tempo é um recurso absolutamente necessário para uma candidatura política, ter tempo disponível para fazer campanha, para se liberar do cuidar da família, do cuidar da criança. Por que o perfil de mulheres que se elegem é de mulheres de meia idade, entre 40, 40 e poucos anos? E os dos homens é o de se eleger, chegar ao parlamento um pouco mais novo? Porque as mulheres, com quarenta e poucos anos de idade, já pariram e cuidaram dos seus filhos. Assim, elas podem se dar ao luxo de deixar com uma empregada ou outra pessoa para poder se dedicar à carreira política. As mulheres estão se escolarizando, estão no mercado de trabalho, estão cuidando da família, dos doentes, do orçamento doméstico, e vocês estão pedindo a elas que tenham uma quarta carreira, uma quarta jornada, que é a carreira política. Muitas mulheres não querem esse extra. E elas são, como mencionado pela Profa. Carmen, exploradas na mais-valia do trabalho doméstico, que é invisível, não remunerado, e não conta para quase nada, a não ser para reproduzir a própria força de trabalho.

As raízes privadas da atuação no público são óbvias. Várias colegas nossas mencionaram isso aqui. Quem cuida? Quem toma conta? Onde existe a política pública da criança de até 6 anos? Ou essas crianças serão criadas por uma chocadeira? Vão ficar na rua ao nascer, com nove meses? Não vão: são as mulheres que vão cuidar delas. E, enquanto cuidam das crianças, elas não podem ter uma carreira política, porque estão se escolarizando, estão no mercado de trabalho, têm a carreira profissional e têm o cuidar da família, o cuidar do mundo doméstico. Então, o homem precisa compartilhar com a mulher o privado. Não adianta reforma política se não se distribuir em condições de igualdade, se não se mexer na pedra intocada da divisão sexual do trabalho, da invisibilidade do trabalho doméstico e da necessidade, da urgência e da premência de se pensar em políticas públicas de divisão do trabalho doméstico. Porque, se os homens não ocupam esses espaços, pelo menos o espaço político, a esfera pública e as políticas públicas deveriam fazê-lo, como fizeram em vários países que conhecemos. Por que a Escandinávia, a Finlândia e a Noruega contam com 48%, quase 50% de mulheres no parlamento? Porque têm políticas públicas de atendimento a crianças na faixa de até 6 anos. Discutiu-se isso socialmente, nas escolas. Debater uma educação não sexista e inclusiva é uma educação que faz com que as crianças de até 18 anos discutam o que significa o lugar de homens e de mulheres no tempo contemporâneo, no mundo que corre.

Não pode ser aquela educação em que, no recreio, coloca-se a menina brincando de pare-bola e de não sei o que mais, enquanto os meninos, com autonomia, vão correr e jogar futebol. Não pode ser aquela escola que diz que você não é boa em matemática. Quando a menina tira as melhores notas em matemática, ela é considerada esforçadinha; já os meninos são considerados ótimos e bacanas. Essa escola não estimula a liderança das meninas, impede que elas sejam líderes estudantis, que possam compor os grêmios estudantis e que venham a ocupar espaços de liderança, porque diz que isso não é coisa de mulher. Aliás, não é uma escola não sexista e faz parte desse processo, desse contexto.

Tentando fechar, resalto que as mulheres não têm autonomia. O tema deste ano da nossa conferência de política para as mulheres - excedi o meu tempo, mas já estou tentando terminar - é a autonomia das mulheres. Desejo, do meu coração, que essa autonomia não seja entendida como exclusivamente financeira, porque de nada adiantará um teto todo seu se essas mulheres não estiverem autônomas em relação ao exercício do seu tempo, da sua sexualidade, da sua educação, do seu processo de escolarização e do uso da propriedade sobre o próprio corpo, que é a primeira de todas as mercadorias. Tudo isso está ligado à questão da autonomia. Autonomia não é apenas o empoderamento econômico da mulher. A mulher que é violentada, esta mulher que, a cada 20 segundos, no Brasil, recebe um tapa, um soco e um pontapé, não possui autonomia. Antes de não ter autonomia, ela não tem autoestima, não sabe falar ao microfone, enfim, não consegue se posicionar, exercer direitos.

Profa. Carmen, é muito difícil quando se vive de modo continuado situações sistemáticas de incapacitação. É isto que a cultura brasileira promove: impregna no DNA das mulheres brasileiras que elas são incapazes, que não podem. Por isso nossa Presidenta Dilma inicia o seu primeiro discurso - que, na minha opinião, não foi o de posse, mas aquele que ela fez no dia seguinte a sua eleição - dizendo: “as mulheres podem”. Não é só um puxa-saquismo norte-americano, copiando o Obama, que, aliás, estará aqui na semana que vem. Trata-se simplesmente de um reconhecimento público, simbolicamente necessário, de que, de fato, as mulheres podem. Se



você sistematicamente incapacita essas mulheres, elas nunca poderão nada, e este Plenário continuará, pelos próximos 1.200 anos, masculino.

Concluindo, há barreiras também do sistema político partidário. É verdade! Claro que financiamento público de campanha conta muito. São recursos para se fazer uma campanha. Não falo do recurso econômico. O recurso econômico é óbvio. As campanhas políticas no Brasil são, crescentemente, cada vez mais, caríssimas. Devíamos nos perguntar o porquê. Não falo apenas do recurso econômico da campanha. O Governador sobe em um palanque para fazer campanha para uma mulher? O Deputado Estadual faz uma média. Ela aparece na propaganda dele, que a parabeniza e diz que precisamos da participação feminina. Trata-se do recurso mais simples da atuação, do apoio, do acompanhamento, da palavra e do olhar. Isso não faz parte do processo, porque as candidaturas das mulheres são vistas como impossíveis. O que o partido entende é uma única moeda: voto. Pressupõe-se que as mulheres não ganham votos. Isso é um argumento equivocado. O eleitorado brasileiro vota em mulheres. Precisamos desconstruir esse mito.

Se pegarmos as eleições presidenciais, veremos que foi uma eleição extemporânea, com duas mulheres candidatas: mais da metade das opções que o eleitorado tinha era feminina. Evidentemente, as pessoas poderiam ter votado nulo ou em branco se tivessem antecipadamente um preconceito natural, endógeno, contra as mulheres. Não há. Somos uma sociedade de cultura machista, ainda arraigadamente patriarcal, patrimonialista, clientelista, e todos esses “ismos” que sabemos que continuarão por aí, infelizmente, por muito tempo. Mas o eleitorado brasileiro é muito importante nesse processo. As mulheres também reportam problemas com o eleitorado. Não se trata de uma equação tão linear e simples assim.

Quais são as saídas? Acredito que podemos pensar em um conjunto sistêmico de soluções. Fecharei minha exposição com elas. Primeiro, se as saídas existirem, serão também plurais, multidimensionais.

Esse problema não se resolverá com passes de mágica ou com a adoção de regras e procedimentos meramente institucionais. Faremos a reforma política, mudaremos o sistema de lista no Brasil ou o tipo de financiamento de campanha, e já na próxima eleição serão eleitos 30%, 40% ou 50% de mulheres! Isso não vai acontecer, porque nossa cultura continuará machista e nossos partidos continuarão tratando as mulheres como tampões, secundárias, acessórias ou no máximo complementares no jogo político, que é eminentemente jogado no masculino.

A ação para resolver esse déficit, que, na minha opinião, não é só da representação política, mas da democracia brasileira, é pensar em um conjunto sistêmico. Aí está o grande nó: pensar um conjunto sistêmico em que haja espaços de socialização, até mesmo a socialização política, em que as mulheres possam exercer plenamente o seu direito de voz, sem se sentirem tolhidas, inibidas e incapacitadas para o exercício protagônico desta dimensão do falar, do se enunciar - não é um desafio fácil de ser enfrentado, porque é multidimensional. Várias Deputadas reportam que, quando pegam o microfone, os Deputados, no parlamento, começam o burburinho. Ou seja, complica-se a coisa mais simples, que é uma mulher pegar em um microfone - que, aliás, é um símbolo fálico - e enunciar a palavra. Há uma desatenção à palavra da mulher. Pesquisas internacionais respaldam esse tipo de denúncia, presente também em nossa pesquisa.

Então, as escolas são importantes. Até então nenhum currículo tem a discussão sobre gênero. Há hoje parâmetros curriculares nacionais em que foi introduzida a transversalidade gênero e raça e que vão discutir o que são as relações de gênero nas escolas. Mas quem formou isso? Na Matemática, tem essa formação? Na Filosofia, na Física, na Geografia, na História, no Português? O certo é que não se faz essa formação. Essa formação existe, quando existe, por meio de cursos de formação continuada dos professores, hoje realizados no País por meio da Universidade Aberta do Brasil. O Nepem realizou a formação em gênero, diversidade sexual e raça, no projeto Gênero e Diversidade na Escola - GDE -, por formação da Universidade Aberta do Brasil, em um curso gratuito para os professores em Minas Gerais.

Por fim, temos de agir junto às mulheres candidatas. Precisamos sensibilizar e preparar melhor as mulheres que estão se candidatando para que exerçam sua candidatura com protagonismo. Ou seja, a solução passa necessariamente pelo sistema político, pela cultura e pelas próprias mulheres. E isso só se dará se conseguirmos, sinergicamente, ir aos poucos tentando transformar esse cenário. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

A Sra. Presidente - Comunicamos que este trabalho sobre a mulher não será finalizado aqui, nesta comemoração do Dia da Mulher. Já a partir da próxima semana começaremos a montar uma agenda para o ano inteiro. Lembrando o que disse aqui uma das palestrantes: que Minas não é só Belo Horizonte, queremos ir a todas as regiões de Minas Gerais, porque precisamos chegar a todas as mulheres mineiras. Por isso mesmo, nesta Assembleia, esta bancada pequena, mas valorosa de Deputadas estará montando uma agenda anual, para discutirmos e buscarmos sugestões das mulheres mineiras.

Agradecemos de coração a Maria Coeli, Andréa Abritta, Carmem Lúcia e Marlise Matos. Esta reunião foi transmitida para toda Minas Gerais pela TV Assembleia, e tenho certeza, Coeli, de que não só esta plateia que aqui esteve, mas toda Minas Gerais vai comentar a fala de todas nós, porque neste Estado temos mais mulheres do que homens.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Registro de presença - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; discurso do Deputado Rogério Correia; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.



Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sintrocél - Célio Moreira - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Romeu Queiroz - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Deputado Lafayette Andrada, Secretário de Estado de Defesa Social.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Antônio Carlos Arantes. Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Arantes, para emitir seu parecer.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 2/2011, publicada no “Diário do Legislativo” de 4/2/2011.

Esgotado o prazo regimental sem que a Comissão Especial emitisse parecer e incluído o veto na ordem do dia para apreciação, nos termos do art. 145, combinado com o art. 222, do Regimento Interno, o Presidente designou este Deputado como relator para, em 24 horas, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

O veto em análise incide sobre determinados dispositivos da Proposição de Lei Complementar nº 123, que trata do assédio moral na administração pública estadual. Conforme a motivação contida em sua mensagem de encaminhamento, o Chefe do Poder Executivo considerou os dispositivos vetados contrários ao interesse público e à Constituição.

Foram vetados os incisos XI, XII e XIII do § 1º do art. 3º da proposição, que contêm hipóteses de assédio moral, assim como o art. 12, que prevê a extensão da norma, no que couber, ao militar estadual. Os três tipos foram vetados porque o Governador do Estado os considerou inconvenientes para o funcionamento da máquina estatal. O veto a tratamento homogêneo para servidores civis e militares foi apostado por se tratar de impropriedade em vista de seu regime constitucional e legal diferenciado.

As modalidades vetadas reconhecem ser assédio moral “editar despachos ou normas infralegais visando a limitar ou impedir o exercício, pelo agente público, de suas atribuições legalmente previstas” (art. 3º, § 1º, XI); “deixar de cometer ao agente público tarefas e atribuições legais inerentes a seu cargo, visando a diminuir sua importância na administração pública” (art. 3º, § 1º, XII); e “sonegar ao agente público informações ou senhas de acesso a sistemas ou programas do Estado indispensáveis ao desempenho de suas atribuições legais” (art. 3º, § 1º, XIII).

Para o Governador do Estado, as hipóteses dos incisos XII e XIII “causarão embaraços à atividade executiva, porque coarctarão a discricionariedade administrativa”. Já a prevista no inciso XI, além de também restringir a discricionariedade do administrador, “esvaziando a liberdade administrativa”, produziria mero dano normativo, e, segundo o Chefe do Executivo, a caracterização do assédio moral exigiria o dano concreto.



A equiparação entre servidores civis e militares é, para o Governador do Estado, normatização imprópria, já que “estes estão sob regime constitucional e legal diferenciado” e aqueles sob “regime jurídico administrativo comum”.

Tem razão o Chefe do Poder Executivo quanto à matéria vetada. De fato, as hipóteses de assédio moral vetadas constituem restrição indevida ao espaço de atuação da administração pública e sua manutenção constituiria mesmo desequilíbrio nas relações entre os Poderes do Estado. As situações que envolvem atribuição de tarefas e funções específicas, bem como acesso a informações, devem ser avaliadas nos termos gerais e complexos da organização do serviço público. Cumpre, nesses casos, garantir margem de discricionariedade ao administrador, para que entraves burocráticos e legais excessivos não frustrem a consecução do interesse público pelo Estado.

Sobre o tratamento homogêneo a servidores civis e militares, cabe manter o veto tanto porque a Constituição da República, ao separá-los em regimes jurídicos diversos, proíbe que a lei os iguale, quanto porque seria administrativamente contraditório assumir que categorias submetidas a organização, hierarquia, disciplina, direitos, prerrogativas, obrigações e proibições tão diferentes, pudessem ser equiparadas em tema tão caro ao funcionamento da administração como o assédio moral. É acertado, pois, o argumento desenvolvido pelo Governador do Estado, segundo o qual “o regime castrense está a reclamar disciplina específica, que se amolde às disposições disciplinares e penais em vigor”.

Verifica-se, nesta análise, que apesar da preocupação parlamentar com o cerco ao maior número possível de casos de assédio moral que possa acontecer na administração pública, os dispositivos vetados o foram acertadamente, seja porque trariam prejuízos para o serviço público, seja porque, de fato, não ampliam o alcance da norma. Cumpre, assim, opinar pela manutenção do veto.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputados Neider Moreira e Antônio Carlos Arantes, relator, Deputados e Deputadas, venho hoje a esta tribuna para fazer a discussão do veto parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123 - veto do Governador do Estado ao projeto que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual.

O Governador vetou parcialmente dispositivos de um projeto de lei que fora acordado com lideranças sindicais e que trata de um tema discutido nacionalmente. Por meio da Assembleia Legislativa, Minas Gerais trouxe oportunamente o debate para transformar em lei a proteção de funcionários públicos e servidores contra aquilo que é chamado de assédio moral - algo recente no palavrado e nos estudos que se realizam em relação aos trabalhadores, mas cuja prática é antiga. Há reivindicação, portanto, dos trabalhadores no intuito de se reconhecer o assédio moral como um problema e de que haja uma legislação que proteja os trabalhadores contra o assédio moral praticado, às vezes, por chefias imediatas, sendo ou não do governo, da iniciativa pública ou privada. Quer dizer, a proteção dos trabalhadores contra o que é chamado de assédio moral.

Esse projeto de lei foi inicialmente apresentado nesta Casa Legislativa pelo Deputado André Quintão, do nosso Bloco Minas sem Censura e do PT, e pelo Deputado Sargento Rodrigues. Esses Deputados, em conjunto, apresentaram-no. Então, em primeiro lugar, queria cumprimentá-los, tanto ao Deputado André Quintão e à nossa bancada, a do PT, pela iniciativa do projeto, quanto ao Deputado Sargento Rodrigues e ao seu partido, o PDT, por terem trazido a discussão sobre assédio moral na administração pública estadual, porque, de fato, se avançou muito.

O acordo foi feito de tal maneira nesta Casa que o substitutivo aprovado foi, na sua base, de autoria do Deputado Mauri Torres, à época Líder do Governo. Como se pode ver, o projeto foi costurado por diversas mãos, diversas tendências políticas, ideológicas e partidárias, mas se chegou, a contento, a um bom projeto de lei, que assegura aos trabalhadores da administração pública estadual direta e indireta o direito de se preservarem contra aquilo que hoje chamamos de assédio moral.

O governo entendeu por vetar três dispositivos, três artigos, três itens que foram postos nesse projeto de lei pelo Deputado Neider Moreira, da base do governo. Chamo a atenção dos governistas para o fato de que suas vidas serão duras, mesmo sendo do governo. Tenho em mãos o veto a proposição de Deputado da base do governo. Sou solidário ao Deputado Neider Moreira, que apresentou corretamente três itens para proteger os servidores públicos, mas a incompreensão do Governador - que demonstrarei hoje - foi tamanha que vetou projeto da sua própria base. Governistas, prestem atenção, pois ingratidão por parte do governo não tem limites. Isso não atinge apenas a Oposição, mas também Deputados e Deputadas da própria base.

O Deputado Neider Moreira apresentou três artigos que considero importantes na proteção dos servidores em relação ao assédio moral, assim como o Deputado Sargento Rodrigues, um dos autores do projeto, apresentou aos militares, no que couber, na forma de regulamento, extensão daquilo que o projeto de lei protege em relação ao assédio moral. Surpreendentemente, embora o Deputado Sargento Rodrigues tenha tido o cuidado de usar os termos “aplicam-se, no que couber, aos militares, na forma de regulamento”, Deputado Celinho do Sinttrocel, mesmo assim o governo foi impiedoso e vetou a extensão disso aos militares, como se estes não merecessem, como servidores públicos que são, os cuidados da lei para que não sejam atingidos pelo assédio moral. Além disso, o Deputado Neider Moreira colocou três importantes aspectos. Um deles protege o servidor e diz: “editar despachos ou normas infralegais visando limitar ou impedir o exercício, pelo agente público, de suas atribuições legalmente previstas”. Portanto, protege os servidores públicos nesse item.

O segundo diz: “deixar de cometer ao agente público tarefas e atribuições legais inerentes a seu cargo, visando diminuir sua importância na administração pública”. Infelizmente, isso é comum por parte de chefias. No entanto, ele teve o cuidado de colocar isso como item a ser protegido, caracterizando assédio moral de chefias, que às vezes não estão conscientes de seu dever e do cargo que exercem.

Por fim, “sonegar ao agente público informações ou senhas de acesso a sistemas ou programas do Estado indispensáveis ao desempenho de suas atribuições legais”. A meu ver, e não apenas a meu ver, esses três itens foram vetados incorretamente. Gostaria de comunicar aos nobres Deputados e Deputadas que o Bloco Minas sem Censura votará pela derrubada do veto, a fim de que os artigos



colocados pelos Deputados Neider Moreira e Sargento Rodrigues, aprovados por unanimidade na legislatura passada, nesta Casa, possam derrubar o veto e manter a integridade do projeto de lei aprovado.

Não vejo justificativa legal, muito menos administrativa, que possa nos convencer desse veto. O Bloco Minas sem Censura votará pela derrubada do veto.

Sr. Presidente, aproveito para comunicar, mais uma vez, aos nossos telespectadores que o nosso Bloco Minas sem Censura, que votará pela derrubada do veto, tem em mim sua Liderança neste ano. O Deputado Antônio Júlio é o nosso Líder da Minoria, o nosso Líder da Oposição. Esse Bloco é composto por 23 Deputados, do PT, do PMDB, do PCdoB e do PRB. Trata-se de um bloco grande nesta Casa, o qual atua de forma unitária em oposição ao governo Anastasia e, do ponto de vista do governo federal, é base de sustentação do governo Dilma, que continua o belíssimo governo feito pelo Presidente Lula. O nosso Bloco tem uma posição coesa em relação a diversos temas, até mesmo no que se refere a essa preocupação com o assédio moral. Ele se chama Bloco Minas sem Censura porque não é segredo mais, em Minas Gerais, que a censura, que, de uma forma ou de outra, se fez presente durante oito anos de governo Aécio Neves, até hoje faz parte de nossa imprensa, que às vezes trabalha com autocensura ou com a censura do poderio econômico, que é jogado na mídia.

Noutro dia, vi uma matéria segundo a qual o Presidente Lula havia aumentado em aproximadamente 100% as verbas de publicidade, nos seus oito anos, em relação ao governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Isso é justificável, pois o que o Lula fez foi incomparavelmente maior que o que foi feito pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o que não é segredo para ninguém. Em Minas Gerais, o aumento foi de mais de 10.000% em relação ao governo Itamar Franco, e a imprensa não faz o cálculo de quanto o governo Aécio Neves aumentou. O cálculo que fazemos é de aproximadamente 10.000%. Por isso o Minas sem Censura, com o próprio nome sugerido pelo Deputado Sávio Souza Cruz, precisa se fazer presente e demonstrar nacionalmente como as coisas são em Minas Gerais.

Às vezes o Ministério Público é pouco atuante em relação a temas do governo, o Tribunal de Justiça é meio inoperante, e a Assembleia Legislativa é calada por uma maioria que, no passado, usava o trator para massacrar a voz discordante da Oposição. Espero que agora não seja assim. Com os Líderes que temos, nossa expectativa é de um bom debate nesta Assembleia Legislativa. Infelizmente, o quadro em Minas Gerais era perigoso, do ponto de vista democrático. As vozes que se opunham ao governo eram caladas, silenciadas, na maioria das vezes pelo poderio econômico ou pela subserviência política e ideológica. Esperamos que isso não continue e que o debate possa ser bem travado. É por isso que o nosso Bloco Minas sem Censura se constituiu e também, Sr. Presidente, para anunciar nossa posição de votar contra os vetos do governo e proteger os servidores públicos do assédio moral.

Sr. Presidente, fazendo este preâmbulo e deixando clara a motivação que levou o Deputado Sávio Souza Cruz a propor o nome Bloco Minas sem Censura, o qual foi aprovado por unanimidade, aproveito para convidar os integrantes desse Bloco a comparecerem, na semana que vem, em Brasília, onde faremos repercutir nacionalmente o que é o Bloco aqui, numa conversa com 28 Deputados Federais e com o Senador Clésio Andrade, que também estará conosco.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Qual é o nome do Bloco, Deputado?

O Deputado Rogério Correia - Minas sem Censura é o nome do nosso bloco. Obrigado.

Estaremos reunidos em Brasília, Deputado Alencar da Silveira. Acredito que lá estarão os Deputados do PDT, que também enxergam em Minas Gerais momentos de censura. Travaremos um debate nacional sobre Minas Gerais e a censura neste Estado.

Evidentemente, devemos trazer para Minas Gerais aquilo que o governo federal tem a nos oferecer, não deixando que a oposição radical do ex-Governador Aécio Neves à Presidenta Dilma atrapalhe nosso Estado. De forma alguma, a Presidenta permite isso, e nós, do Bloco, estamos atentos para que as obras da BR-40, da BR-381, do Anel Rodoviário e do metrô possam vir para Minas Gerais, como força do governo federal e com as bênçãos do Bloco Minas sem Censura. Então, continuaremos essa discussão em Brasília, na quarta-feira.

Sr. Presidente, voltando ao tema do assédio moral, gostaria de ler uma carta que nos foi enviada, assinada pelos servidores conscientes da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Tenho recebido - e creio que vários Deputados também receberam - várias cartas contendo denúncias acerca de problemas ocorridos na Cidade Administrativa e que se referem exatamente ao tema em debate: "Assédio moral". Esta aqui foi destinada à Oposição na Assembleia. São denúncias acerca de questões que acontecem na Cidade Administrativa das quais até Deus duvida. São problemas relativos ao transporte coletivo, sobre os quais já havíamos alertado todos. O governo, às pressas, procedeu à construção da Cidade Administrativa para fazer campanha eleitoral. Na verdade, ele não teve o mesmo cuidado com a Uemg. Coitada, está minguando! A maior obra, a mais cara do governo foi a Cidade Administrativa, onde jogou os funcionários públicos, sem que dispusessem das menores condições de trabalho. Esse fato tem a ver com assédio moral. No tocante aos salários, que são cada vez menores, já sabíamos que este governo é impiedoso com os servidores públicos. No entanto, quero fazer referência à forma de trabalho e ao transporte público. Já recebi uma denúncia segundo a qual os servidores estão indo de metrô, chegam a Vilarinho, vão pegar o ônibus para irem à Cidade Administrativa e estão sofrendo o pão que o diabo amassou. Há conflitos, brigas e bate-bocas diários, porque não se levou em consideração o trânsito. Diversas pessoas foram retiradas de cá e levadas para lá, sem que se pensasse no problema do transporte coletivo. Então, Sr. Presidente, esses servidores reclamam, sofrem para chegar ao local de trabalho, porque não há transporte nem condições de trabalho adequados, já que o governo do Estado não se preocupou com isso, mas com a construção da Cidade Administrativa, tendo em vista apenas sua campanha eleitoral. Este é apenas um dos temas.

Deputado Sávio Souza Cruz, veja a carta que recebemos hoje, a qual passarei a ler daqui a pouco. Está assinada: servidores conscientes da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Claro que não assinam o nome, porque o assédio moral e a repressão os levariam a perder cargos, remuneração e outras benesses destinadas aos escolhidos para terem esse direito, num verdadeiro assédio moral que o governo faz aos servidores públicos da Cidade Administrativa. Depois citarei outros exemplos, mas agora vejam a que ponto chegamos: (- Lê:)



“Boa noite. Gostaria de relatar alguns importunos que andam acontecendo na Cidade Administrativa. Sou servidor de uma Secretaria, e, às vezes, eu e meus colegas estamos passando por situações desagradáveis. De alguns meses para cá, a Cidade Administrativa está sendo alvo de furtos de computadores, documentos e outros afins. Somente hoje foi relatado na Secretaria em que trabalho o roubo de dois monitores, um “notebook” e um rádio. A situação torna-se insuportável, pois os colegas que tiveram seus monitores roubados não tinham como trabalhar. A segurança da Cidade Administrativa é muito falha, e quando fomos hoje relatar no departamento de polícia, que fica dentro da Cidade Administrativa, eles disseram que os furtos se tornaram uma prática comum dentro do nosso local de trabalho.”

É óbvio que isso tem a ver com assédio moral. Continuando a leitura da carta: “Fomos fazer um boletim de ocorrência...”

Sr. Presidente, estou falando, não concedi aparte ao Deputado João Leite.

Vou conceder aparte a V. Exa., mas não permito que V. Exa. interrompa o meu pronunciamento. V. Exa. não é Presidente desta Casa. Deputado João Leite, V. Exa. não é Presidente desta Casa, V. Exa. não manda nesta Casa. Durante o meu tempo, falarei sobre o tema que quiser.

Estou utilizando o meu tempo falando sobre assédio moral. O Deputado João Leite não é o Presidente desta Casa, não tem o direito de calar minha boca. Se o fez aqui, com Aécio Neves, quando havia censura em Minas Gerais, V. Exa. está mal-acostumado. Não permitiremos nenhuma censura em Minas Gerais, não permitiremos isso, Deputado João Leite.

Continuo lendo a carta que tenho o direito de ler. Ninguém calará minha boca, e não haverá censura nesta Casa. Não haverá censura.

Sr. Presidente, estou me atendo ao tema, ou seja, assédio moral. A carta denunciará exatamente isso. Continuarei a leitura da carta: (- Lê:)

“Fomos fazer um boletim de ocorrência, e um policial chegou a dizer que o roubo é normal aqui, na Cidade Administrativa, deixando-nos, eu e meus colegas, perplexos com tamanha acomodação da situação. Não há autoridade que dê fim nesses episódios. O jeito está sendo conviver com furtos nas noites e madrugadas na Cidade Administrativa. Não há câmaras nos ambientes de trabalho. Todas as mesas são abertas, sem divisórias, sem nenhuma segurança. Pessoas estranhas entram e saem sem uma fiscalização mais rígida. Não há câmaras nas escadas, tornando o furto uma prática fácil e comum, que qualquer um pode cometer.

Uma servidora já até disse que, em finais de semana, a Cidade Administrativa fica aberta, sem nenhum tipo de recepção, liberada para qualquer pessoa entrar e sair do jeito que quiser, sem uma segurança adequada ao patrimônio público, ou seja, o dinheiro do povo está indo para o ralo, sem uma fiscalização adequada das pessoas que entram naquele lugar. Um amigo policial relatou-me que os roubos na Cidade Administrativa estão maiores que em algumas regiões de Belo Horizonte.

Estou relatando essa situação para a bancada da Oposição ao governo de Minas Gerais, com o intuito de que algum dos Exmos. Srs. Deputados possa relatar isso na Assembleia de Minas para o conhecimento da população, que paga caro seus impostos e não possui o seu dinheiro devidamente seguro e gasto de forma adequada. A Oposição poderia abrir um inquérito e investigar esses acontecimentos no maior projeto para o Executivo que a história de nosso Estado já teve. O governo estadual não parece ter interesse em resolver esses problemas, afinal os patrimônios que estão sendo roubados não fazem parte do dinheiro deles, e sim do povo mineiro. Desde já agradecemos. Atenciosamente, servidores conscientes da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais.”

Os servidores reclamam que não fazem publicamente essas denúncias. Assim, Deputado Sávio Souza Cruz, temos visto várias cartas, que estão em meu poder e poderia lê-las. Em todas elas, os servidores dizem que não podem fazer isso, porque têm medo do assédio moral que sofrem por parte de chefias, dentro da Cidade Administrativa. Sofrem retaliações ou ameaças de serem punidos, por exemplo, com a retirada de algum benefício, algum cargo diminuído, ou mesmo de abertura de inquérito administrativo. Deputado Pompílio Canavez, V. Exa., que foi sindicalista, sabe do que se trata o assédio moral. Por isso fiz questão de ler esta carta, entre várias outras que levantam o problema do assédio moral lá existente. Talvez por isso o Governador tenha oposto veto, e não por maldade, mas por não compreender o que significa assédio moral.

Pessoas, Deputado André Quintão, que têm receio, na Cidade Administrativa, de colocar o mínimo problema de segurança pública estão vendo roubos acontecerem e têm receio de mencionar. É claro, pois, se a censura em Minas Gerais ocorreu de tal forma... Aliás, querem alguns que continue a ocorrer dentro da Assembleia Legislativa. Se isso é uma tradição estadual, o que diria um pobre servidor, como ele reagiria a isso?

Concederei aparte ao Deputado Gustavo Valadares, mas queria dizer a V. Exa. o que tem sido discutido. Além da questão do transporte e da segurança pública, eu poderia ler uma carta - e o farei daqui a pouco - sobre as rachaduras que foram denunciadas também em segredo ao Ministério Público. Aliás, informo aos Deputados que o Ministério Público abriu um procedimento de investigação. Fui até lá com a servidora Beatriz Cerqueira, Coordenadora do Sind-UTE, para entregar tudo isso, expor o problema do assédio moral, da repressão aos servidores públicos, da rachadura, do alto custo com que, no final das contas, ficou essa obra faraônica, a “Brasília do Aécio”. Tudo isso está sendo investigado no Ministério Público. A época da censura e do silêncio não será admitida, ninguém vai calar a voz da Oposição do Minas sem Censura aqui. Nós falaremos. Temos o direito de expor, de denunciar o assédio moral. Poderemos fazê-lo e o faremos, por mais que desagrade a alguns, que estão mal acostumados. Alguns estão acostumados à época da censura e do silêncio absoluto. Essa época não prevalecerá. Não reinará o obscurantismo em Minas Gerais. Aliás, o Governador Anastasia é homem de democracia. Tomara que não seja como o outro, que era afeito apenas a um plano. Parece que quer até hoje conquistar o Brasil, conquistar o mundo em cima de todos e de todas. Não, precisamos passar por cima dessa época, temos de ter a época da discussão.

Desculpe-me, mas eu precisava até demonstrar que o que estou lendo tem tudo a ver com o assunto que está na pauta.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Querida iniciar o meu aparte fazendo um questionamento a V. Exa.: esse documento que acaba de ser lido por V. Exa. foi assinado por algum servidor? Tem nome?



O Deputado Rogério Correia - Já relatei a V. Exa. exatamente isso. Eles assinam “Servidores Conscientes da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais”. Fui procurado, e a pessoa me pediu sigilo em relação a isso, pelo medo que tem de ser punida, assim como foi em vários outros... Não passarei ao governo o nome dos servidores que o denunciam, é óbvio.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Se esta Casa não denunciar, não fiscalizar, quem o fará?

O Deputado Rogério Correia - Estou assumindo essa denúncia como Deputado, porque tenho...

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - V. Exa. não é servidor e não viveu isso.

O Deputado Rogério Correia - Apenas para explicar. Eles não têm o que nós temos, que é o direito de usar da tribuna. Como temos o nosso direito parlamentar, previsto constitucionalmente em lei, evidentemente os servidores têm procurado os Deputados para fazerem deles a sua voz, porque eles não têm a prerrogativa que temos. Eu tenho, felizmente. Fui eleito com essa prerrogativa. É óbvio que não vou dar esses nomes, para que sejam perseguidos pelo chefe. Mas tenho fé e as denúncias são concretas.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Infelizmente, tenho de dizer isso de público, apesar de respeitar V. Exa. Peço aos nobres parlamentares e a todos os que estão assistindo ao pronunciamento do Deputado Rogério Correia que desconsiderem esse documento, porque ele não tem nenhuma validade, já que não foi assinado por nenhum servidor do Estado de Minas Gerais. Se tivesse sido assinado, teria, sim, validade. Conclamo os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas desta Casa a não levar em consideração esse documento, porque ele não foi assinado por nenhum servidor.

Questão de Ordem

O Deputado Gustavo Valadares - Faria um pedido a V. Exa., Deputado Rogério, levando em consideração que o parlamentar também usará do Regimento Interno pelos próximos quatro anos para, quando quiser, fazer seus questionamentos a projetos de lei; quando quiser, atrasar votação de projeto de lei. Eu conclamaria V. Exa. e o Presidente desta reunião, nosso 1º-Vice-Presidente, José Henrique, a seguir o art. 159 do Regimento Interno desta Casa, que dispõe o seguinte: “Durante a discussão, o Deputado não pode: I - desviar-se da matéria em debate”. Eu pediria, primeiro, a V. Exa., que está na tribuna discutindo o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123, que não fuja do assunto, para que não voltemos a ter discussões e tensões, como ocorreu agora há pouco nesta Casa. Nós, da base do governo, vamos continuar, assim como fizemos ao longo dos últimos anos, respeitando o Regimento Interno da Casa, porque só assim conseguiremos dar um bom andamento aos trabalhos pelos próximos quatro anos na Assembleia Legislativa. Peço a V. Exa., como Líder da Oposição, que dê um bom exemplo aos seus liderados e que siga o que está escrito no Regimento Interno. Se não seguir, Sr. Presidente, peço, em nome da Maioria, que V. Exa. corte a palavra do Deputado Rogério Correia e encerre a reunião por falta de quórum.

O Sr. Presidente - Deputados, volto a informar que vamos continuar seguindo o Regimento Interno. Está em discussão o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123. O Deputado Antônio Carlos Arantes fez a leitura do parecer da proposição. O que está se discutindo aqui é o veto à proposição, não estamos discutindo toda a questão que envolve o assédio moral. Peço ao nobre Deputado Rogério Correia para se ater aos princípios dos artigos que foram vetados no projeto. Se V. Exa. quiser, voltaremos a ler o que foi vetado no projeto para que V. Exa. volte a discutir apenas o que foi vetado no projeto.

O Deputado Rogério Correia - Pois não, Sr. Presidente. Eu me atendo exatamente à discussão do veto. Apenas exemplifiquei um fato de assédio moral. Eu posso citar vários que me chegaram. E com esse exemplo, estou justificando, Sr. Presidente, que não devemos, como fez o Governador, ser favoráveis aos vetos desses artigos, porque impede uma verificação real contra o assédio moral. Por isso citei e exemplifiquei o que é o assédio moral. Portanto, estou exatamente dentro do contexto da discussão do assédio moral. O que não posso permitir é que, aos berros, a Situação tente me calar e tente substituir V. Exa., que é o Presidente desta reunião. Por isso, tive que reagir dessa forma, não permitindo que me calassem os berros que vieram do Plenário. Estou atento ao debate que estou fazendo, por isso acato, sim, a sugestão do Gustavo Valadares, embora já estivesse me preocupando exatamente com ela.

Quanto ao documento, Deputado, volto a afirmar a V. Exa. que temos prerrogativa parlamentar. O funcionário não pode ter. Então, os servidores, vários deles, têm nos solicitado que retratemos aqui o dilema que estão vivendo, de não poder mesmo aparecer para fazer denúncia, a não ser os sindicalistas, porque estão com receio, dentro da Cidade Administrativa, de pressões que estão sentindo. Tenho vários nomes de pessoas que me procuraram pessoalmente e por e-mail. É óbvio que não revelarei o nome desses servidores, porque eu tenho com eles esse compromisso. Quando participei da CPI do Narcotráfico, não citei o nome de várias pessoas que faziam denúncias, porque, se eu revelasse o nome delas, elas nunca mais procurariam uma comissão parlamentar de inquérito e a própria Assembleia Legislativa para fazer qualquer denúncia, porque esta Casa seria de delação, e não de repercussão dos seus atos. Isso é óbvio. Então, Deputado, sinceramente, o argumento de V. Exa. não me convence.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado, quero fazer coro com as palavras de V. Exa. Toda a sua explanação, na minha modesta opinião, está contida no âmbito da matéria em discussão, porque não há assédio moral mais grave do que aquele a que é submetido o povo de Minas pelo estado de exceção implantado em nosso Estado. Reproduzimos em Minas, Sr. Presidente, os ares menos aprazíveis da Bahia. Reproduzimos aqui um Aecinho Malvadeza, onde tudo está dominado: a Assembleia está de joelhos - até sugeri que mudássemos o nome da Casa para “assembleia homologativa” -, o Judiciário não sentencia contra o governo, o Ministério Público não denuncia e, o que é o pior, a imprensa, que teve um investimento, durante os sete primeiros anos do governo Aécio Neves, superior ao custo da Cidade Administrativa, mais de R\$1.200.000.000,00. Isso serviu para silenciar e manter esse estado de exceção em Minas Gerais, o que é um grave assédio moral, um descompromisso com o Estado de Direito, é uma afronta às liberdades e à democracia. E é, sim, um assédio moral.

Por fim, agradeço a V. Exa. o aparte. Sem querer me alongar, para não tomar o seu tempo, peço ao nosso Presidente que acrescente ao seu tempo o período perdido nas intervenções destemperadas dos baluartes da censura nesta Casa.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. Concordo com V. Exa. Já disse que, ao V. Exa. sugerir o nome Minas sem Censura, o fez com muita correção e perspicácia. Infelizmente, o problema da censura em Minas é grave e tem a ver



com os rios de dinheiro despejados, do ponto de vista econômico, que evidentemente repercutem no fazer político em Minas Gerais. Mas, nestes tempos, temos a esperança de que irão acabar. O nosso Bloco veio exatamente para isso.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Gostaria de pedir licença a V. Exa. e solicitar ao Sr. Presidente que retire dos anais da Assembleia algumas expressões - primeiro, "aos berros". Fiz a defesa do Regimento Interno desta Assembleia. Tive a oportunidade de pertencer à base do governo nesta Casa, mas fui Oposição, quando V. Exa. era Líder, junto ao Deputado Sávio Souza Cruz. Solicito ao Sr. Presidente que retire a expressão "aos berros". O Deputado se manifesta, e minha manifestação foi feita diretamente ao Presidente, em defesa do Regimento Interno da Assembleia. Outra expressão que gostaria que fosse retirada é "baluarte da censura", apresentada pelo Deputado Sávio Souza Cruz - não usarei os termos que ele usou -, que, na época em que fui da Oposição nesta Casa, era o Líder do Governo PMDB e PT. De alguma forma, esse governo teve uma categoria imensa de aprovação de projeto em até três turnos, rasgando o Regimento Interno da Assembleia. A minha intervenção foi em defesa do Regimento Interno. Sempre digo que, se seguirmos o Regimento Interno, não erraremos.

O Sr. Presidente - Respondendo ao questionamento do Deputado João Leite, a Presidência esclarece que as expressões utilizadas aqui não são vedadas pelo Regimento Interno. Realmente, os ânimos estavam exaltados no Plenário, mas não houve ofensas. Era o que gostaria de esclarecer ao nobre Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Também queria dizer que, se houve alguém que gastou com a imprensa, foi o governo do PT. O governo Lula gastou R\$10.000.000.000,00. Deputado Rogério Correia, agora os jornais brasileiros mostram o inchaço do governo do PT, com a criação da "esplanada oculta", um custo de R\$100.000.000,00 para a União. Depois gostaria de fazer um discurso desta tribuna mostrando onde está a "esplanada oculta". O governo está espalhado em Brasília, porque não cabe em um só lugar, devido ao seu tamanho.

V. Exa. falou sobre transporte público. O PT ficou praticamente 20 anos no governo em Belo Horizonte. Concordo com V. Exa.: o nosso transporte coletivo é um verdadeiro desastre. O metrô de Belo Horizonte é um desastre. O governo do PT, em mais de oito anos, não fez um metro da linha do metrô em Belo Horizonte. As obras mencionadas por V. Exa., como a BR-381 e o Anel Rodoviário, zero. Nada foi feito. Agora prometeram algumas duplicações da BR-040.

Deputado Rogério Correia, respeito V. Exa. e quero dizer que a base do governo nesta Assembleia defenderá o governo, que foi eleito democraticamente em primeiro turno pelo povo mineiro. Nas ruas, levamos o nome deste governo. Esse projeto foi aprovado em primeiro turno por Minas Gerais. Espero que a Oposição aguarde, como fizemos nos quatro anos em que fomos Oposição nesta Casa. Aguardamos o novo governo, fizemos parte da base do governo. Que a Oposição aguarde, é claro, fazendo o seu papel, como fizemos o nosso.

Sr. Presidente, queria insistir em que V. Exa. retire os termos que agridem os Deputados da base do governo, um governo aprovado pela população mineira e que defenderemos aqui. Obrigado pela oportunidade que V. Exa. me deu para poder me manifestar.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado João Leite. Também quero manifestar meu respeito por V. Exa. É claro que V. Exa. e a base do governo têm não só o direito, mas o dever de defender o governo. É nisso que acredito e respeito. V. Exa. não disse aqui nenhuma palavra sobre assédio moral, mas mesmo assim estou aberto a escutá-lo defendendo o governo.

O Sr. Presidente - Estamos discutindo o veto à Proposição de Lei Complementar nº 123. Peço àqueles que fizerem aparte o favor de não fugirem do assunto.

O Deputado Rogério Correia - Apenas relato que não fugi do assunto, e sim que o Deputado João Leite é que usou de outros assuntos. Também não me incomoda se ele o faz e defende o governo, porque acho que o processo é democrático; porém não concordo apenas que, aos berros - repito -, se tente interferir na minha fala, tentando silenciar a voz da Oposição. Aí não; realmente dessa forma ele não conseguiu e não conseguirá. Embora possamos ter divergências, respeito as opiniões de V. Exa.

Nunca vi um Presidente ser tão apedrejado e tão achincalhado pela imprensa como o Presidente Lula, e por preconceito. Fariam até um "impeachment" do Presidente Lula. A imprensa foi impiedosa com o Presidente Lula, juntando-se ao DEM e ao PSDB. Se tivéssemos em Minas uma imprensa como a do resto do Brasil, que pudesse fazer um milésimo do que fez, mas em relação a Aécio Neves, seria desvendada a mentira desse governo e o castelo de areia desmoronaria. Esse é outro assunto que não cabe no projeto, mas gostaria apenas de responder, porque realmente é duro escutar alguém do governo Aécio Neves falar da imprensa. O Presidente Lula sofreu com a imprensa, e o País inteiro viu isso. Aqui o governo Aécio era tratado pela imprensa com todos os louros. Não vamos inverter a situação.

Concedo aparte ao nobre Deputado Carlin Moura, do PCdoB, o glorioso Partido Comunista do Brasil, para a discussão do assédio moral e dos vetos impiedosos do Governador Anastasia a um projeto de lei tão brilhante, que protege os servidores das administrações públicas direta e indireta.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Rogério Correia, Líder do nosso Bloco Minas sem Censura, vou tratar dos três incisos especificamente, mas antes queria fazer um apelo ao espírito democrático da base governista para tomar cuidado e não subverter o Regimento Interno da Casa. Quando o orador está fazendo uso da palavra, se não for concedido aparte, nem tampouco a Presidência o conceder, qualquer uso indevido do microfone é usurpação do exercício do mandato parlamentar e um desrespeito à ordem democrática. Então apelamos, de forma muito sensível, à base governista para que se contenha na ânsia de fazer a defesa legítima do governo.

Então vamos ao que nos interessa, os incisos vetados da Lei Complementar nº 123. Primeiro, precisamos compreender que, nesse projeto de autoria dos Deputados André Quintão e Sargento Rodrigues, todos os pontos considerados como assédio moral no serviço público foram amplamente discutidos no Plenário desta Casa, ouvindo especificamente a parte mais interessada, que é o servidor público de Minas Gerais. Nenhum desses itens aqui constantes foram tirados do nada, todos foram tirados de fatos concretos relatados



aqui, durante a tramitação do projeto e por servidores públicos. Agora três desses itens que consideramos importantíssimos foram vetados, e o governo precisa explicar por que os vetou.

Por exemplo, o inciso XI está dizendo que constitui assédio moral limitar-se ou impedir-se, por meio de normas infralegais, o exercício do agente público. Várias portarias vindas da Secretaria, sem poder legal algum, estão impedindo o exercício de servidores públicos. Isso ocorreu com a Polícia Militar e com diversas secretarias do Estado e, por isso, constou aqui. Já há precedente na administração de Minas. O inciso XII estabelece: “deixar de cometer ao agente público tarefas e atribuições legais inerentes a seu cargo, visando diminuir sua importância na administração pública”. Também ocorreram vários casos. Os servidores trouxeram exemplos concretos. Por isso, está aqui no projeto de lei complementar, regulamentando-o. E o mais grave: sonegar ao agente público informações ou senhas de acesso a sistemas ou a programas do Estado, o que tem ocorrido de forma sistemática.

A minha pergunta é a seguinte: o Governador Antonio Augusto Anastasia está vetando esses três incisos porque considera legítimo impedir o servidor público de exercer a função para a qual fez concurso ou foi dirigido? Isso cerceia o exercício do cargo ou da função pública. O Governador Antonio Augusto Anastasia quer impedir que o servidor público exerça sua função ou quer diminuir sua atuação para deixá-lo constrangido frente a seu colega de seção? Um servidor que tem uma função específica, de uma hora para outra, porque fez um questionamento A ou B, passa a receber tarefas aquém do que é sua atribuição? É isso o que o Governador pretende ao vetar o inciso XII? E o inciso XIII? Sonegar acesso a senhas e a informações a um servidor público que tem que ter acesso aos dados públicos. Esses dados estão dentro do princípio da publicidade. Estamos caminhando para o Portal da Transparência, que em Minas deveria ser aprimorado. Por que aqui não copiam as boas ações do governo Lula, que deu exemplo em matéria de transparência pública no País? Todas as contas públicas estão abertas no Portal da Transparência, assim como as ações, as emendas e os valores. Por que em Minas não existe esse portal com essa amplitude? Agora querem impedir que o servidor público utilize as informações e senhas.

Isso, nobres colegas Deputados Estaduais, é o que o projeto de lei, devidamente aprovado em 1º e 2º turnos nesta Casa, quis contemplar. Agora vem o veto. Se isso não é censura, o que será? Então, Deputado Rogério Correia, o senhor está de parabéns. Não podemos permitir que este veto passe nesta Casa. Talvez agora possamos entender o calor da discussão da base governista: para se defender o indefensável, realmente é necessário usurpar o microfone e tentar calar a boca do nosso Líder, como tentaram calar a minha, há 15 dias, quando eu fazia uso da tribuna. Não concordamos com esse tipo de comportamento e com esse precedente. Pedimos juízo à base governista da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Carlin Moura. Concordo com V. Exa.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, V. Exa. nos conhece de longa data e sabe da seriedade com que conduzimos nosso trabalho não só nesta Casa, mas também ao longo de toda a nossa vida, inclusive em dois mandatos como Prefeito de Governador Valadares. Não posso concordar, em hipótese alguma, com o que V. Exa. está fazendo nesta tribuna. Deputado Rogério Correia, V. Exa. está lendo um documento apócrifo, com acusações gravíssimas contra o governo do Estado. Quando V. Exa. fala que esse documento partiu de alguns servidores, mas não os nomeia, está partindo, a meu ver, de uma fraude: dizer que existe um documento com pessoas responsáveis por ele, sem, entretanto, dizer quais são. A meu ver, V. Exa. tem o dever de revelar os nomes, pois, ao fazê-lo, com certeza, o governo do Estado oferecerá uma queixa-crime por calúnia, já que V. Exa. está falando que lá na Cidade Administrativa campeia o furto.

Furto é crime definido no Código Penal Brasileiro, com pena grave. Aliás, V. Exa. falou em roubo, que é crime com violência, que é furto com violência, o que é mais sério ainda. Então, V. Exa. se baseia em um documento que não é assinado. Deputado Rogério Correia, não há pessoa física definida em nenhum código brasileiro com o nome “servidor”. Servidor é o nome que respeitamos em toda a nossa vida pela sua grandeza e função. Na verdade, ele tem um nome pelo qual é registrado e possui uma certidão de nascimento ou de casamento. V. Exa. não quer citar o nome dessas pessoas, mas tem o dever de citá-las, porque dará oportunidade ao governo do Estado de oferecer queixa-crime por calúnia contra elas. Aliás, essas pessoas terão o direito e a obrigação de provar em juízo o que estão dizendo. Se estão dizendo que o governo está furtando, este sofrerá uma queixa-crime com esse teor, e terão de provar em juízo. O Governador Antonio Augusto Anastasia é um homem honrado, sério e altamente competente. O Estado de Minas Gerais deve muito ao Aécio Neves, ao Anastasia e a tantos outros grandes homens que temos na história deste Estado.

Em hipótese nenhuma, podemos aceitar, Deputados João Leite e Gustavo Valadares, que se leia na tribuna da Assembleia um documento apócrifo para acusações tão graves como as que V. Exa. está fazendo. Aliás, não estava nesta Casa, mas acompanhava o andamento de tudo. Sei que em outras épocas já se falou que a lista era verdadeira, mas a Polícia Federal apurou que era falsa. Então, é preciso recordarmos essas situações para que, ao se afirmar que o documento é verdadeiro... Deputado Rogério Correia, eu, por exemplo, estou dizendo a V. Exa. que jamais lerei na tribuna desta Casa nenhum documento que não tenha assinatura. Pode ser a acusação que for que jamais faria algo assim, ainda mais acusações de crimes graves, conforme consta desse documento apócrifo. Não quero sequer entrar no mérito da questão desse documento. Por quê? Porque não merece que se entre. A preliminar fulmina o documento de V. Exa., que não tem assinatura.

Portanto, quero simplesmente dizer que protesto veementemente contra essa forma de se fazer oposição. Devemos fazer uma oposição fundamentada em documentos sérios, sadios e que mereçam o respeito de todos e uma discussão, documentos com os responsáveis pelas acusações graves. Assim, teremos por onde apurar e chegar ao Governador ou a seja quem for que esteja sendo acusado para dizer-lhes: “O senhor está sendo acusado de furto. Qual será a atitude que irá tomar?”. Precisamos tomar alguma atitude nesse sentido.

Para finalizar, Deputado Rogério Correia, V. Exa. fala também que, em Minas, a imprensa é tão censurada. A imprensa federal é que censura. O Franklin Martins - e tantos outros, todos têm notícia disso -, que era o chefe da área de comunicação do governo Lula e deixou a sua herança até hoje. Aliás, a imprensa hoje está falando sobre os feitos dos filhos do Franklin Martins e assim por diante. Quando se falou nesta tribuna que...

O Deputado Rogério Correia - Peço-lhe que seja breve, pois era apenas um aparte, e não, a interrupção do meu pronunciamento.



O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Obrigado, Deputado Rogério Correia. V. Exa. e outros que o apartearam disseram que o Governador está vetando a vedação do assédio moral contra servidores. Ele não está. Os Deputados que disseram isso não leram com atenção o veto, que consiste apenas em não se estender à parte militar. É preciso prestar bem atenção ao veto para não haver interpretações infundadas. Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Bonifácio Mourão, pelo aparte. Queria apenas dizer aos servidores públicos que podem continuar enviando-me as denúncias que quiserem. Guardarei o nome de todos. Podem enviar para o meu "e-mail" - www.dep.rogerio.correia@almg.gov.br - as denúncias que quiserem. Não serei delator dos servidores públicos aqui.

Esse é um direito que tenho, tenho prerrogativas e, evidentemente, eu as utilizarei. Não se amedrontem com o tom das ameaças. É um direito do servidor procurar seus Deputados e fazer sua denúncia. É obrigação do Deputado investigar denúncias. Aliás, o Ministério Público já está investigando essas denúncias. Os servidores públicos podem ficar tranquilos, pois é direito deles procurarem os Deputados da Oposição, exercer seus direitos e fazer denúncias. Levarei essas denúncias ao Ministério Público e farei a leitura das que julgar ser justo.

O Deputado Bonifácio Mourão não escutou direito o texto. Em momento algum, diz que o governo rouba. Depois passarei uma cópia para que V. Exa. leia. O texto fala sobre furtos de objetos que estão existindo na Cidade Administrativa. Não tem nada a ver com a história de que o governo rouba. Depois, V. Exa. a lerá com cuidado. Se fosse uma denúncia desse tamanho, certamente não a leria aqui, ela fala apenas de pequenos furtos de aparelhos de telefones e objetos que estão ocorrendo na Cidade Administrativa, e as pessoas têm reclamado. É apenas isso. V. Exa. ficou muito afoito em defender o governo e prestou pouca atenção ao conteúdo do texto. Pode ficar tranquilo, pois sei o que posso ler nesta Tribuna. É direito do servidor fazer essa denúncia e procurar seu Deputado. Servimos exatamente para isso.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, primeiro queria parabenizá-lo pela fala, pela clareza dos fatos que trouxe e segundo dizer que a censura que acontece nesta Casa há oito anos, da forma como se comportam alguns companheiros, como o Deputado João Leite, parece que querem estabelecer, além da censura, a tortura, ao obrigar V. Exa. a delatar os servidores que fizeram essa denúncia. Além disso, Deputado Rogério Correia, quero dizer que a censura e o assédio moral não ocorreu apenas com os servidores. O assédio moral ocorre também com os Prefeitos na época da eleição, na assinatura dos convênios, na hora de obrigá-los a declarar apoio e agora, mesmo depois das eleições, e depois de os convênios serem assinados, até hoje os convênios não foram pagos. Além disso, quando são pagos, precisam ser acompanhados por Deputados governistas. O assédio moral existe não apenas com servidores, mas principalmente com os apoiadores, os Prefeitos que apoiam os Deputados de Oposição desta Casa. Obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Paulo Lamac (em aparte) - Caro Líder, Deputado Rogério Correia, queria manifestar minha estranheza. Estranhou-me bastante o seguinte: é política do governo do Estado estimular que denúncias sejam apresentadas. Temos o Disque Denúncia, cujas denúncias podem ser feitas anonimamente, apresentadas à autoridade policial e ao Ministério Público para investigação. Essa é uma política que prevalece no Estado, com bons resultados. Esse tipo de questionamento me estranha bastante.

Se um Deputado, Líder de bloco, diz que recebeu servidores que lhe entregaram uma carta e pediram para não serem identificados, tenho muita confiança de que o Deputado está fazendo uma defesa que se mostrou, há poucos momentos, mais que justificada. Ora, o Líder do bloco de apoio ao governo, pegou o microfone e disse: "Tenho que saber quem são esses servidores, porque o governo vai processá-los".

Está claro: não podemos expo-los. Apoio integralmente V. Exa., não exponha esses servidores ao risco de serem processados tão somente porque estão denunciando que estão sofrendo assédio moral nas instalações do governo do Estado. Isso é muito preocupante. Temos que respeitar a autoridade de V. Exa. como interlocutor da sociedade. Se está dizendo que recebeu os servidores, que apresentaram uma denúncia, não se trata de carta apócrifa. O Deputado está protegendo e preservando a identidade de suas fontes, que é algo mais que legítimo.

É mais que justificado, é prática no governo do Estado, é prática na imprensa. É preciso proteger, sim, as fontes, especialmente quando é deixado claro, como o foi aqui, que aqueles que ousarem denunciar os desmandos do governo do Estado estarão sujeitos a processos dentro da administração - processo administrativo -, ou quiçá fora dela. Gostaria de hipotecar o nosso apoio, porque não tenho a menor dúvida, é muito mais do que justificável. Ficou claro aqui, na reunião, que temos realmente de fazer as denúncias e exigir que elas sejam investigadas, porque o procedimento tem de tratar dos fatos, e não encobri-los. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Respeito muito V. Exa. quando assume essa tribuna. V. Exa., que deve estar acostumado a usar computador, ainda está no tempo do www.rogeriocorreia.com.br, e isso já não existe. Depois V. Exa. deveria olhar direito o seu "e-mail", porque o telespectador pode pensar que V. Exa. está fazendo hora, ao não colocar as coisas da forma correta, já que em "e-mail" não existe www.

Quero lembrar V. Exa. que, quando denúncia anônima é divulgada da tribuna, nada acontece. Então V. Exa. pode falar e fazer o que quiser, porque nada afetará o seu mandato, que é popular, mas, quando chegar aqui embaixo e falar para a imprensa, em um programa de rádio ou de televisão, para divulgar essas denúncias, V. Exa. será o autor delas e poderá responder por isso.

Hoje é muito bacana subir à tribuna. Estou falando até para lembrar V. Exa. do passado, sobre denúncias que já chegaram a esta Casa de outros Deputados com isto ou com aquilo. V. Exa. tem de imaginar que, ao chegar aqui embaixo, a publicidade poderá ser de sua autoria. Alerto neste início dos trabalhos, nesta Casa, para não se falar da tribuna: ouvi isto, falei aquilo. Ao sairmos da Casa, teremos de mostrar quem é quem e como se faz. O próprio governo, se tiver razão, entrará contra V. Exa.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado. Respeito a sugestão de V. Exa. Estou consciente do que li e do que faço. As denúncias chegaram. Achando oportuno, farei questão de investigá-las, porque é um dever e um direito meu. Alguns parlamentares preferem ocultar. Não sei se é o caso de V. Exa., mas, no meu caso, com certeza, não. É um direito, é um dever.



Questões de Ordem

- O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, pediria a V. Exa., por não haver número regimental, que, de plano, termine a reunião.
- O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, solicito recomposição de quórum.
- O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.
- O Sr. Secretário (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - (- Faz a chamada.)
- O Sr. Presidente - Solicito ao Sr. Secretário que somente registre a presença dos Deputados que estão no Plenário. Vamos cumprir o Regimento Interno. Solicito ao Deputado Rogério Correia que não interfira no processo de chamada. Com a palavra, o Deputado Alencar da Silveira Jr., para continuar a chamada.
- O Sr. Secretário - Gostaria de explicar a V. Exa. que, quando chamei o Deputado Paulo Guedes, ele estava dentro do Plenário, mas saiu em seguida.
- O Sr. Presidente - Responderam à chamada 18 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 16, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/3/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Rogério Correia; aprovação - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia); 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; deferimento; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação secreta do veto aos incisos XI, XII e XIII do § 1º do art. 3º; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questões de ordem; renovação da votação secreta; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; questão de ordem; renovação da votação secreta; manutenção; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação secreta do art. 12; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.324; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Romeu Queiroz - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hélio Gomes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, discutirei a ata de ontem para prestar alguns esclarecimentos. Acho importante que dela constem. Abordarei basicamente dois pontos que gostaria que constassem na ata. O primeiro trata de uma reivindicação que fazemos, como direito do Bloco Minas sem Censura, de ter a tribuna como ponto fundamental das nossas ações e opiniões. De forma alguma permitiremos que isso nos seja tirado ou seja restringido o nosso direito à palavra. Portanto, nossa reação de ontem ocorreu porque não é possível permitir que, na Assembleia Legislativa, apenas um lado seja ouvido ou apenas uma versão apresentada. Assim como respeitamos todas as opiniões, exigimos respeito à nossa opinião. Ontem, ocupava a tribuna e V. Exa. presidia; penso que lhe cabe orientar o Plenário e garantir a palavra aos oradores inscritos. Não admitiremos, de forma alguma, que sejamos interrompidos por ações do Plenário, já que nos encontramos no exercício do nosso direito. Por isso, Presidente, deixamos clara a nossa reação, ocorrida ontem, na garantia da nossa palavra. Gostaria que meus dizeres constassem em ata, mas, mais que isso, que fizéssemos um



pacto pelo qual cada Deputado usasse respeitosamente a tribuna, a partir do decoro parlamentar, tendo seus direitos normalmente respeitados. Que os Deputados saibam que existem opiniões distintas nesta Casa: cada um apresenta a sua e, depois, ouve outras que, às vezes, não agradam e não coincidem com a sua, mas isso faz parte do processo parlamentar. Nosso Bloco Minas sem Censura já surge com esse nome porque criticamos o processo existente em Minas Gerais, em que as opiniões diversas do governo do Estado poucas vezes são apresentadas à grande mídia, e não poderíamos permitir que o mesmo ocorresse na Assembleia Legislativa. Gostaria que isso constasse da ata dos nossos trabalhos, já que foi uma reação para garantir um direito, que é o direito de uso da tribuna. Gostaria também de dizer aos colegas que, se hora ou outra, extrapolamos falando um pouco mais alto, sempre respeitamos os nobres colegas e as opiniões aqui apresentadas.

O Sr. Presidente - A ata será publicada na sua íntegra e a Presidência advertiu todos os parlamentares no momento sobre as questões de ordem, sendo respeitado o tempo na tribuna. Portanto, não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, em segundo lugar, gostaria também, aproveitando a oportunidade, de apresentar outra questão que diz respeito ao conjunto dos Deputados: o pesar pelo acontecido no Japão. As coisas lá estão piorando, os noticiários hoje destacam problemas relativos à repercussão do "tsunami" e da usina nuclear. V. Exa. poderia propor 1 minuto de silêncio para homenagearmos e nos solidarizarmos com as famílias que sofrem e lamentam seus mortos no Japão. Solicito que V. Exa. proponha esse minuto de silêncio para vítimas dos desastres naturais do Japão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Atendendo à solicitação do Deputado Rogério Correia, faremos 1 minuto de silêncio em solidariedade ao povo japonês.

- Procede-se à manifestação de pesar.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Carlos Arantes opinou pela manutenção do veto. Continua em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos tentar ser o mais objetivo possível quanto ao veto que o Governador opôs ao PLC nº 45, especialmente à questão do art. 12. Gostaria da atenção dos nobres pares, uma vez que a emenda que foi transformada no art. 12 foi construída e apresentada pelo Deputado Lafayette de Andrada, hoje Secretário de Estado de Defesa Social. Mas o Comando da Polícia Militar fez pressão para que o artigo não alcançasse os policiais e bombeiros militares, sob a alegação de que o Estatuto e o Código de Ética dos militares são regidos por matéria própria ou por lei específica. É fato que a Constituição Federal prevê isso no art. 142, § 3º, X, bem como no art. 42, mas esqueceram de dizer ao Comando da Polícia Militar que quando discutimos nesta Casa a possibilidade de legislar buscando tipificar a conduta administrativa do assédio moral, na prática, estávamos tentando trazer o citado artigo para o texto de uma lei, prevendo a tipicidade e a sanção de direitos e garantias fundamentais. E quando se trata de direitos e garantias fundamentais, a jurisprudência e a doutrina dominante são fartas em dizer que não se deve fazer diferença entre policial militar, policial civil, cidadão comum ou qualquer outra pessoa, até porque direitos e garantias fundamentais são direitos humanos e cláusulas pétreas. É o chamado direito universal. Portanto, a alegação simples feita pelo governo para vetar especialmente o art. 12 não condiz com a realidade, com aquilo que deveria ser feito na prática.

Podemos destacar alguns incisos da Constituição Federal, especialmente do art. 5º, que estabelece o seguinte: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". São direitos e garantias fundamentais.

O legislador tratou dessa questão numa parte especial da Constituição Federal. Não tratou desse assunto no art. 42 nem no art. 142, que não são cláusulas pétreas, mas nos direitos e garantias fundamentais. Estabeleceu no inciso III que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Uma das tipificações que prevê o PLC nº 45, parcialmente sancionado na Lei Complementar nº 116, trata exatamente disso, ou seja: o superior hierárquico no serviço público não pode dispensar tratamento humilhante ou degradante. E mais, no inciso X estabelece que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Então, a honra, a imagem das pessoas, são tratadas como cláusula pétrea. Dizer que não temos isso na caserna é tapar o sol com a peneira. Tenho evitado trazer esse assunto à tribuna desta Casa, mas, cada dia que passa, e vendo a inércia do Comando da Polícia Militar com relação ao assunto, não nos resta opção. Estamos com um caso em andamento na cidade de Iturama, no Pontal do Triângulo, onde o Comandante da Companhia não só praticou o assédio moral, mas também sexual, o que é muito pior, com esposas de subordinados. É muito mais grave. Dizer que isso não acontece na caserna é falácia. Dizer que direitos e garantias fundamentais não se aplicam a policiais militares é outra falácia. Por esse prisma, o Comando da Polícia Militar não atendia aos requerimentos de policiais e bombeiros militares quando requeriam a redução da jornada, tendo em vista que os filhos tinham necessidades especiais. Existe uma lei estadual que se refere ao servidor público civil. Passamos a orientar os policiais a buscar a redução de jornada em 50%, e o Comando da Polícia Militar negou todos os requerimentos. No Judiciário, todos os requerimentos foram vencidos do ponto de vista judicial. Ou seja, todos os mandados de segurança foram impetrados em favor de policiais e bombeiros militares, para que os policiais que requereram a redução da jornada pudessem ser atendidos em seus direitos. Portanto, é uma falácia dizer que o art. 12 da Lei Complementar nº 116 não poderia ser aplicado a policiais e bombeiros militares. Peço à assessoria da Mesa que faça o destaque



dessa matéria, mas é bom que os ilustres Deputados, especialmente os nossos líderes Deputados Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Valadares e Bonifácio Mourão, saibam que o artigo que estou contestando foi fruto de uma emenda do Deputado Lafayette de Andrada, apresentada para atender, e não prejudicar, até mesmo ao Comando da Polícia Militar e ao dos bombeiros militares, porque remete a um regulamento próprio. A emenda elaborada e apresentada pelo Deputado Lafayette de Andrada, então relator desse projeto na Comissão de Administração Pública, estabelece que os casos específicos serão tratados em regulamento próprio.

Solicitamos que os ilustres Deputados, tendo tomado conhecimento de como foi apresentada essa emenda, tenham o convencimento para derrubar o veto, especialmente no destaque para esse artigo, na Lei Complementar nº 123. Não é possível que direitos e garantias fundamentais que estão tratados no art. 15 da Constituição da República não possam atingir policiais. Volto a insistir que a jurisprudência, a doutrina, é muito clara nesse aspecto: direitos e garantias fundamentais atingem todo o mundo. O § 1º do art. 5º da Constituição da República determina: “As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Ou seja, não dependem de outra organização, não dependem de outro comando jurídico. São chamadas normas de eficácia plena.

Portanto, não há o que questionar. O legislador reservou a essa parte da Constituição algo especial, que são as chamadas cláusulas pétreas, direitos e garantias fundamentais; são os chamados direitos humanos, previstos no art. 5º. Por que não aplicá-los a policiais e bombeiros militares, se na

prática já são aplicados, do ponto de vista judicial, se essa emenda foi tratada, se foi negociada? Na verdade, inicialmente, nosso projeto colocava todo o mundo em uma mesma relação jurídica, mas o Comando da Polícia Militar fez pressão para excluir policiais e bombeiros militares. Ou seja, o policial militar pode defender direitos e garantias fundamentais, pode expor sua vida, pode colocar o peito na frente para receber tiro, como o Cb. Vandec, que tomou tiro na cabeça em São Gotardo. Em 2007, durante um assalto, uma bala de fuzil abriu sua cabeça, que ficou igual a uma flor. Ele pode defender, pode dar sua vida, mas não pode receber, por parte dos legisladores, a proteção à sua intimidade, à sua honra, à sua imagem, para impedir tratamento desumano, degradante. São cláusulas pétreas, dispostas no art. 5º da Constituição da República.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Caro Deputado Sargento Rodrigues, parabéns V. Exa. pelo tema em discussão e por essa emenda proposta, cujo teor tive a oportunidade de conhecer. Esta Casa precisa ser solidária à proposta de V. Exa., visto que essas situações que V. Exa. expõe dessa tribuna são muito graves, e - o que é pior - sabemos que são verdadeiras. É fato que esses atos são praticados por um número muito pequeno de pessoas, diante do grande contingente de nossa gloriosa Polícia Militar, mas é preciso criar mecanismos de proteção e de amparo.

Quero aproveitar este aparte e pedir permissão ao meu colega para trazer aqui outra questão que extrapola a caserna. Como estamos falando de direitos e garantias fundamentais, estou estranhando, Deputado Sargento Rodrigues, o silêncio do Comando da Polícia Militar, uma vez que trouxe aqui uma denúncia sobre fato ocorrido no sábado que antecedeu a semana do Carnaval ou no sábado que abria o Carnaval em Belo Horizonte, no São Bento. Lá, um garoto de não mais de 14 anos foi vítima desse tipo de assédio por um adulto que colocou em sua mão uma garrafa de vodka, e tinha também em suas mãos copos descartáveis e uma garrafa consumida pela metade. Solicitei providências ao Ten. Fiúza, do 22º Batalhão, que comandava uma viatura junto a um Sargento, mas nada foi feito. Eles preferiram discutir leis comigo, perguntando onde estava o crime de se portar uma garrafa de bebida. Naquele momento, no calor da discussão para a busca da solução e proteção daquele menor que estava sendo assediado explicitamente por um adulto que havia colocado na sua mão uma garrafa de bebida forte, de vodka, ele queria discutir lei. Muito bem, a lei existe e, conforme o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é crime passível de punição com até seis anos de prisão colocar qualquer substância química que cause dependência física ou psíquica nas mãos de uma criança ou adolescente. O álcool é o pior dos químicos para a criação da dependência.

Aproveito o discurso de V. Exa., a defesa que V. Exa. faz, para dizer que o apoio nessa defesa, também apoio a nobre iniciativa de V. Exa. e, ao mesmo tempo, quero registrar minha estranheza em relação ao silêncio do Comando da Polícia Militar, que, com certeza, ouviu os dois pronunciamentos que fiz nesta Casa e está ouvindo hoje também, mas em nenhum momento ninguém se dignou de dar um telefonema ao menos para saber mais detalhes do que ali ocorria. Aquela era apenas uma criança entre centenas das que lá estavam bêbadas, portando bebidas fortes e sem nenhuma proteção.

É importante tratar dessa questão do assédio na caserna, mas vamos também cobrar que a nossa polícia, em vez de querer discutir leis com um Deputado ou com qualquer cidadão, porque isso não é prerrogativa só de Deputado - qualquer cidadão, usando de seus direitos, deve exigir da polícia não a discussão de lei, mas que sejam tomadas as providências cabíveis ao caso-cumpra o seu papel. A lei existe e está em vigor. É uma pena que não tenha sido cumprida naquele momento como exige a nossa Constituição.

Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o aparte de V. Exa. Solicito a atenção dos ilustres pares desta Casa para o artigo que não foi vetado, o art. 3º da lei: “Considera-se assédio moral, para os efeitos desta lei complementar, a conduta de agente público que tenha por objetivo ou efeito degradar as condições de trabalho de outro agente público, atentar contra seus direitos ou sua dignidade, comprometer sua saúde física ou mental ou seu desenvolvimento profissional”. Ou seja, o que fizemos no projeto de lei foi compilar direitos e garantias fundamentais já prescritos no art. 5º, trazendo-os para a lei específica. Obviamente, em contraponto, prevendo sanções. Estamos tratando de direitos e garantias fundamentais. Dizer que direitos e garantias fundamentais não se aplicam a policial militar é falácia, é desconhecimento. De acordo com o art. 12, “as disposições desta lei complementar aplicam-se no que couber aos militares na forma de regulamento, o qual deverá considerar, entre outros, as especificidades da função por eles desempenhadas”. Então o Deputado Lafayette de Andrada encontrou aqui um termo muito tranquilo, que remete a uma regulamentação interna e que deve ser aplicado no que couber e de forma muito inteligente. Na verdade, o texto deveria abranger todos os policiais e bombeiros militares.

Como disse, estamos tratando de direitos e garantias fundamentais, e, nesse aspecto, o legislador não permitiu determinar a quem isso deveria ser aplicado. Por outro lado, em se tratando de direitos e garantias fundamentais, a aplicação é imediata por ser uma norma de eficácia plena. Assim, não cabe discussão nem mesmo do próprio Judiciário. Isso significa que, uma vez violados os direitos e garantias fundamentais, bastará o Juiz determinar o seu cumprimento, conhecedor que é da força normativa desses dispositivos.

Solicito aos ilustres pares essa compreensão, sobretudo aos líderes da Oposição nesta Casa, como o Deputado Rogério Correia. O Deputado André Quintão subscreveu esse projeto junto a mim, como também os líderes da base de governo, os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Valadares e Bonifácio Mourão. A emenda vetada e transformada no art. 12 é de autoria do Deputado



Lafayette de Andrada, na Comissão de Administração Pública. Portanto, trata-se de uma incoerência. O Comando vai lá e pressiona, e o governo veta, mas se esqueceram de dizer que nesta Casa houve uma discussão, um entendimento acerca disso.

O art. 12 não traz nada de absurdo. Vou fazer a leitura do art. 12. (- Lê:) “As disposições dessa lei complementar aplicam-se, no que couber, aos militares na forma de regulamento, o qual deverá considerar entre outras as especificidades da função por eles desempenhadas”. É algo muito tranquilo, que remete ao Regulamento Interno. Não há nada que irá causar terremoto dentro da caserna. As casernas, como dizia a Dra. Ana Lúcia Paixão, não são ilhas nem estão à parte, fora do mundo constitucional. As casernas são braços da administração direta do nosso Estado e, portanto, estão subordinadas ao ordenamento jurídico constitucional, como qualquer órgão do nosso Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, quero fazer coro com V. Exa. V. Exa. conhece bem a Polícia Militar e defende e representa essa categoria nesta Casa. Com certeza, os direitos e as garantias fundamentais são direitos de todas as pessoas. Direito é direito para qualquer pessoa, inclusive para militar. Não devemos ter medo de discutir com profundidade e aprovar leis que garantam esses direitos. Não estamos num regime de exceção, mas, sim, numa democracia, em que aqueles que representam a segurança pública e dão a sua vida nesse trabalho devem ter esses direitos garantidos. É lógico que as exceções têm de ser tratadas como exceções. V. Exa. tem o nosso apoio e o nosso voto contra esse veto. Aliás, essa discussão oferece todos os fundamentos para a derrubada desse veto.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço à Deputada Maria Tereza Lara. Concedo aparte ao Deputado André Quintão, que também é subscritor do nosso projeto.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Em primeiro lugar, Deputado Sargento Rodrigues, quero cumprimentá-lo. Tive a honra de ser convidado a assinar o projeto de que V. Exa. é o mentor intelectual. Talvez essa seja uma das leis mais importantes em vigor no Estado de Minas Gerais.

Neste momento, discutimos como fazer valer a lei para todos os servidores, todos os seres humanos que dedicam a sua vida a serviço do interesse público, seja na área da educação, da defesa social, da segurança pública.

V. Exa. já expôs com clareza os objetivos que nos movem em direção à derrubada desse veto. Se o assédio moral é condenável, por que excetuar uma categoria inteira que presta relevantes serviços públicos? V. Exa. fez a leitura do artigo. É óbvio que reconhecemos as especificidades de cada área do serviço público, mas essa diferença não pode anular o sentido último do projeto, que é garantir condição de trabalho digno para o servidor, seja ele militar, seja ele civil, seja ele da área “a”, seja ele da área “b”. Com clareza, V. Exa. leu o artigo. Será feito um regulamento próprio, adequado às condições que reconhecemos específicas dessa área de atuação. Não vejo o sentido desse veto.

Além disso, Deputado Sargento Rodrigues, sabemos também que os outros incisos vetados são de autoria de Deputados da base do governo, como o Deputado Neider Moreira. Vou mencionar apenas alguns para não tomar muito o seu tempo. O inciso vetado diz que queremos que o servidor, na sua ação específica, não fique limitado no acesso à informação. É uma questão óbvia: o servidor, na sua área, quando precisar acessar uma informação, não deve ser bloqueado, sob pena de prejudicar a sua atuação. Imaginem um servidor cometendo um deslize por falta de informação estratégica! Quem vai ser penalizado? O cidadão, pela ação incorreta? O servidor ficará sujeito até a um procedimento correcional. Esse dispositivo foi vetado; um inciso que impede que qualquer decreto limite a ação específica do servidor foi vetado.

Sinceramente não vou fazer um juízo sobre as motivações que levaram a esses vetos, mas gostaria de dizer isso, sem nenhum tipo de contraponto entre segmentos dentro da hierarquia. Temos um respeito muito grande por todos aqueles que integram o serviço público, principalmente os órgãos de segurança pública em Minas Gerais. Temos de quebrar contradições e conflitos. Precisamos ter uma unidade maior de princípios e de comportamentos, seja por parte de quem manda, seja por parte de quem obedece.

V. Exa. está de parabéns. Fiz questão de apartear-lo, porque me parece que, pela dinâmica regimental, estava inscrito para discutir mais profundamente esse veto. Uma vez que isso não seria possível, quis apartear-lo para parabenizá-lo e para engrossar o coro daqueles que querem derrubar o veto nesta manhã.

O Deputado Sargento Rodrigues - Encerrando minhas considerações, agradeço ao companheiro Deputado André Quintão, que se posicionou de forma equilibrada e coerente em relação à questão do veto.

Quero dizer ainda aos nobres colegas Deputados que esta Casa é a legisladora genuína. Compete-nos legislar de forma genuína. Não podemos abrir mão do nosso convencimento e da nossa coerência naquilo que, como legisladores, estamos vendo. Temos de ter clareza sobre aquilo que estamos votando. Portanto, solicito que a assessoria destaque o veto ao art. 12. Que os Deputados possam votar “sim”, pela derrubada do veto. Mas, antes disso, faço o último apelo aos Deputados Gustavo Valadares, Bonifácio Mourão e Luiz Humberto Carneiro: lembrem-se de que esse art. 12 foi apresentado por meio de uma emenda do Deputado Lafayette de Andrada, hoje Secretário de Defesa Social, para encontrarmos uma saída honrosa, porque a aplicação deveria ser para todos.

Mas fizemos a ressalva e ela atende já parcialmente aos militares do nosso Estado. Portanto, solicito a votação, sim, pela derrubada do veto, especialmente o destaque para o art. 12. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, combinado com os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim” e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando a votação destacada do veto ao art. 12. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Solicito a palavra para encaminhar, Sr. Presidente, apenas para orientar. Eu fiz uma observação equivocada com relação à derrubada do veto. Solicito o voto “não”, pela derrubada do veto.



O Sr. Presidente - Em votação, o veto aos incisos XI, XII e XIII do § 1º do art. 3º.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 34 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito que V. Exa. renove a votação, já que há muitos Deputados em Comissão.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, gostaria de me manifestar por 2 minutos. Parece que há Deputados que estão com problemas com a senha, como os Deputados Bonifácio Mourão, o Bosco, cujas senhas estão incorretas.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quanto ao resultado da votação, é necessário declarar se, com tal resultado, a eleição é nula.

O Sr. Presidente - Solicito aos Deputados que se encontram na Comissão que suspendam a reunião e venham para o Plenário. Assim, vamos fazer a renovação da votação.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, não houve quórum para votação, pois teria de haver 39 Deputados. Eu gostaria de saber de V. Exa. em qual artigo...

O Sr. Presidente - A Presidência tornou a votação sem efeito e vai renovar a votação.

O Deputado Rogério Correia - Em qual artigo V. Exa. está fundamentado?

O Sr. Presidente - A Presidência verificou, de plano, que vários Deputados adentraram o Plenário. Vamos renovar a votação.

O Deputado Rogério Correia - Mas essa renovação não é solitária, Presidente. A renovação da votação não é regimental.

O Sr. Presidente - É regimental, Deputado. V. Exa. é experiente e conhece o Regimento Interno desta Casa.

O Deputado Rogério Correia - Qual é o artigo, Sr. Presidente? Minha questão de ordem é para saber de V. Exa. qual é a fundamentação da renovação da votação, visto que, não havendo quórum, no meu entender, a votação já deveria ter sido anulada.

O Sr. Presidente - Verificando, de plano, que há quórum, a Presidência vai renovar a votação e solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, haja vista que alguns Deputados não estão conseguindo registrar seu voto, eu gostaria que V. Exa. desse orientação no sentido de que o Deputado se manifeste pelo microfone, diante da dificuldade que enfrenta. Há quórum para votação, a questão de ordem é pertinente; alguns Deputados tiveram dificuldades. O que solicito não é que ocupem o microfone para manifestar seu voto “sim”, “não” ou “em branco”, porque a votação é secreta, mas para dizer das dificuldades que estão encontrando para votar. Alguns Deputados que ainda não tiveram a experiência da votação de vetos poderiam manifestar sua dificuldade, para que V. Exa. tome as providências.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, ouvi atentamente o Deputado Célio Moreira e, se os painéis estão com problema, a reunião deveria ser suspensa até que isso se resolva. O voto é secreto, e apenas a presença do Deputado não significa que ele votou. A matéria que estamos discutindo exige 39 votos, e não quórum. Digo isso apenas como um esclarecimento, para que não haja nenhuma dúvida, principalmente para os novos Deputados.

O Sr. Presidente - Não há problema ou defeito no painel. Caso algum Deputado encontre dificuldade, poderá fazer sua declaração de voto pelo microfone. Em votação, o veto aos incisos XI, XII e XIII do § 1º do art. 3º.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 36 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Não posso declarar o meu voto, desejo somente justificar a nossa ausência, pois estávamos na Comissão de Saúde, fomos chamados e, nesse período, encerrou-se o prazo. Gostaria de solicitar a oportunidade de votar.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum necessário para votação. A Presidência vai renovar a votação. Em votação, o veto aos incisos XI, XII e XIII do § 1º do art. 3º.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 35 Deputados. Votaram “não” 8 Deputados, totalizando 43 votos. Está mantido o veto aos incisos XI, XII e XIII do § 1º do art. 3º. Votação do veto ao art. 12. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria apenas de lembrar aos ilustres Deputados, tanto da oposição quanto da base de governo, que o art. 12 é fruto de uma emenda do Deputado Lafayette de Andrada, à época relator na Comissão de Administração Pública. Essa emenda foi apresentada de forma apaziguadora, uma vez que o projeto deveria ser aplicado em sua totalidade para todos os servidores públicos, tanto civis quanto militares. A emenda do Deputado Lafayette de Andrada, que hoje foi vetada e para a qual solicitamos a derrubada do veto, diz o seguinte: (- Lê:) “Art. 12 - As disposições desta lei complementar aplicam-se, no que couber, aos militares na forma de regulamento, o qual deverá considerar entre outras as especificidades da função por eles desempenhada.” Portanto é algo que remete à regulamentação interna.

Não há por que o governo vetar essa emenda. O veto ao art. 12 foi um grave equívoco, até porque foi apresentado por um Deputado da própria base de governo, que, aliás, hoje é o Secretário de Defesa Social. Não se pode mitigar, deixar de fora, a aplicação de direitos e garantias fundamentais para policiais e bombeiros militares. Portanto, solicitamos ao Plenário desta Casa e, especialmente,



aos Líderes que deem a atenção devida à matéria, tendo em vista a origem da emenda, o que pode ser confirmado com o próprio Secretário de Defesa Social. Solicitamos ao Plenário desta Casa que vote “não” ao veto ao art. 12.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto ao art. 12.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 38 Deputados. Votaram “não” 13 Deputados. Está mantido o veto ao art. 12. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 123. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.324, que dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para emitir seu parecer.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 20.324

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto total à Proposição de Lei nº 20.324, que dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor.

As razões do veto foram encaminhadas por Meio da Mensagem nº 1/2011, publicada no “Diário do Legislativo” de 4/2/2011.

Esgotado o prazo regimental sem que a Comissão Especial emitisse parecer e incluído o veto na ordem do dia para apreciação, nos termos do art. 145, combinado com o art. 222, do Regimento Interno, o Presidente designou este relator para, em 24 horas, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

A proposição de lei objeto do veto em questão tem o objetivo de obrigar os fornecedores que mantêm contratos de adesão com dez mil ou mais consumidores no Estado a instalar postos ou agências para atendimento personalizado ao consumidor, nos Municípios em que mantiverem contratos de adesão com mil ou mais consumidores.

Torna-se importante esclarecer que os contratos de adesão se tornaram comuns no mundo contemporâneo em face da existência de uma vasta gama de consumidores de um mesmo produto ou serviço, o que, praticamente, veio a impor um modelo padrão de instrumento jurídico para reger as relações entre o fornecedor e os consumidores. Vale lembrar, a título de exemplo de contratos dessa natureza, aqueles relativos aos serviços de fornecimento de água e energia elétrica, bem como os serviços de oferta de crédito, por meio das administradoras de cartões. Nesse contexto firmou-se no mercado a expressão “sociedade de massa”, comumente utilizada por todos os que se referem a um grande contingente de consumidores.

Os referidos contratos se originaram da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de se discutir, com cada consumidor, o conteúdo das cláusulas relativas ao pacto a ser celebrado, restando ao aderente a aceitação das condições previamente apresentadas de maneira uniforme.

Essa é a razão de o Código de Proteção e Defesa do Consumidor dispor, de forma especial, sobre os aludidos contratos, como também de esta Casa Legislativa tentar viabilizar a instituição, por meio de lei, da obrigatoriedade de os fornecedores que estipulam pactos dessa natureza instalar postos ou agências para atendimento personalizado ao consumidor.

A adoção das medidas propostas daria relevo a um princípio das relações de consumo, a saber, direito à informação, consagrado pela Lei nº 8078, de 11/9/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CDC. Isso, por certo, facilitaria o contato do consumidor com a empresa contratada para solução das pendências que possam advir do pacto celebrado entre as partes. Ocorre, entretanto, que inúmeros serviços disponíveis no mercado por meio desses instrumentos, como é o caso do fornecimento da energia elétrica, da telefonia, dos planos de saúde, do transporte aéreo, entre outros, possuem regulamentos próprios.

A União, utilizando da prerrogativa constitucional que lhe é assegurada, instituiu diversas agências reguladoras que editaram, no âmbito da sua competência, os regulamentos relativos a cada serviço.

É bem verdade que a proteção ao consumidor, conforme se pretende com a proposta em análise, se insere na órbita da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no art. 24 da Constituição da República. Não se pode afastar, entretanto, a competência privativa do titular dos serviços públicos anteriormente exemplificados de dispor sobre as regras relativas a sua prestação, o que, a propósito, tem sido reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal por meio de diversos julgados.

O projeto sobre o qual incide o veto, ao versar de forma genérica sobre a matéria, poderá trazer conflitos de interpretação sobre a norma a ser aplicada pelos fornecedores, o que não é interessante para a sociedade e muito menos para os destinatários finais dos serviços prestados.

Por essa razão somos favoráveis ao veto oposto à proposição pelo Chefe do Poder Executivo, ainda que a adoção das medidas propostas pareça beneficiar a classe consumidora.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.324.



O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esse veto do Governador sobre o atendimento do consumidor, pelo fornecedor é, talvez, um dos mais importantes que vamos discutir

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito de V. Exa. o encerramento, de plano, desta reunião por falta de quórum. Como a base do governo resolveu não discutir a matéria e retirou-se do Plenário, solicito o encerramento da reunião, para que possamos continuar essa discussão à tarde, na reunião ordinária. Solicito também que o meu tempo seja preservado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/2/2011

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Genaro, Delvito Alves e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Antônio Genaro, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. O Presidente “ad hoc” determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Delvito Alves para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Durval Ângelo para Presidente e do Deputado Luiz Carlos Miranda para Vice-Presidente, ambos com três votos. O Presidente “ad hoc” proclama o resultado da eleição e declara empossado como Presidente o Deputado Durval Ângelo, que assume a direção dos trabalhos. A Presidência fixa o horário das reuniões ordinárias nas quartas-feiras, às 9 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se nessa mesma data, às 14h45min, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Antônio Genaro - Delvito Alves - Paulo Lamac.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda e Romeu Queiroz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de ofício da Conselheira Adriene Andrade, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, encaminhando “Demonstrativo Gráfico de Resultados dos Trabalhos do Ano de 2010”; e de ofício, publicado no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses, do Sr. Jairo Nogueira Filho, Coordenador-Geral do Sindieleiro (25/2/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 55/2011, 63 a 73/2011, 80/2011, 119/2011, 138/2011, 142 a 152/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita sejam encaminhados ao Superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego da Regional Minas Gerais, aos Diretores Executivos da Cemig e da Aneel pedido de providências para apurar casos de precarização, e a consequente periculosidade do exercício laboral, em decorrência da utilização da mão de obra terceirizada, sem a devida supervisão, solicitando, ainda, informações da Cemig sobre as condições de trabalho oferecida aos seus funcionários e aos terceirizados. A Presidência recebe requerimento da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir assuntos relacionados com os constantes acidentes envolvendo trabalhadores efetivos e funcionários das empresas terceirizadas prestadoras de serviços da Cemig. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Rosângela Reis, Presidente - Romeu Queiroz - Tadeuzinho Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/3/2011

Às 11h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Sávio Souza Cruz e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento



do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (3) em que solicita sejam realizadas audiências públicas: para debater o lixo nuclear do Município de Caldas, no Sul de Minas; no Município de Santa Rita do Sapucaí, para debater os impactos causados pelas enchentes nas cidades de Careagu, Itajubá, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e São Sebastião da Bela Vista; no Município de Itamonte, para debater os impactos causados pelas enchentes nas cidades de Aiuruoca, Alagoa, Carvalhos, Conceição do Rio Verde, Itamonte, Itanhandu, Passa-Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, Seritinga, Serranos, Três Corações e Varginha; Almir Paraca em que solicita a realização de audiência pública para se conhecer e debater as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Mineração 2030, lançado pelo Ministério de Minas e Energia; Rogério Correia em que solicita a realização de audiência pública para debater e obter esclarecimentos sobre a compra de 33% das ações do capital votante da Cemig pela Empresa Andrade Gutierrez; Arlen Santiago em que solicita a realização de audiência pública no Município de Buritizeiro para tratar de assuntos referentes à exploração de gás natural nesse Município; e Carlin Moura em que solicita a realização de audiência pública para discutir o avanço da energia produzida pelo aquecimento solar em benefício da sustentabilidade e da inclusão nos programas sociais de habitação. A Presidência recebe, para apreciação posterior, requerimento do Deputado Luiz Henrique em que solicita a realização de audiência pública nesta Casa para discutir e acompanhar as ações sobre a exploração de gás natural na Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Carlos Henrique.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/3/2011

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Bosco e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Ronaldo José Ferreira Magalhães, Diretor de Áreas Protegidas do IEF, publicada no "Diário do Legislativo", em 5/3/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação é aprovado requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita seja desarquivado o Projeto de Lei nº 4.606/2010, de autoria desta Comissão, que proíbe a cobrança de taxa para a expedição de diploma pelas escolas privadas de educação básica e pelas instituições públicas e privadas de ensino superior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - João Leite.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4 e 6/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de março de 2011.

Zé Maia, Presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 17/3/2011, a seguinte comunicação:

Do Deputado Gilberto Abramo, notificando o falecimento do Sr. Lourenço Fernandes Neto, ocorrido em 16/3/2011, em Medina. (-Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de congratulações com a comunidade de Três Marias pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de São João da Mata pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 12/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com o Cap. PM Eduardo Dantas Rosa, Comandante da 137ª Companhia de Polícia Militar, de Ouro Fino, por seu desempenho no comando dessa unidade (Requerimento nº 13/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com o Sr. Nélio Aurélio de Souza por sua eleição para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima (Requerimento nº 15/2011, do Deputado Adalclever Lopes);
- de congratulações com o Sr. Maurílio Zacarias por sua eleição para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto (Requerimento nº 16/2011, do Deputado Adalclever Lopes);
- de congratulações com o Sr. Fábio Rodrigues Ferreira por sua eleição para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Perdões (Requerimento nº 17/2011, do Deputado Adalclever Lopes);
- de congratulações com o Sr. José Milton de Carvalho Rocha, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, por sua posse no cargo de Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paraopeba - Amalpa (Requerimento nº 20/2011, do Deputado Gustavo Valadares);
- de congratulações com o Cel. BM Sílvio Antônio Melo por sua posse no cargo de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (Requerimento nº 42/2011, do Deputado Gustavo Valadares);
- de aplauso à comunidade de Alvinópolis pelos 120 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 49/2011, do Deputado João Vítor Xavier);
- de congratulações com a comunidade de Caeté pelos 297 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 50/2011, do Deputado João Vítor Xavier);
- de aplauso ao Rotary Club Internacional pelos 106 anos de sua fundação (Requerimento nº 80/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Santo Antônio do Itambé pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 81/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Presidente Juscelino pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 82/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Felixlândia pelos 62 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 83/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Joaquim Felício pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 84/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Datas pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 85/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Ingaí pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 86/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Inimutaba pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 87/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Cachoeira da Prata pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 88/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Felício dos Santos pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 89/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com a comunidade de Augusto de Lima pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 90/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com o Cel. BM Ivan Gamaliel Pinto por sua posse como Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Estado (Requerimento nº 101/2011, do Deputado Leonardo Moreira);
- de congratulações com o Sr. Jairo Léllis, Delegado-Geral de Polícia, por sua posse como Chefe da Polícia Civil do Estado (Requerimento nº 107/2011, do Deputado Gustavo Valadares);
- de congratulações com a comunidade de Monte Sião pelos 162º aniversário desse Município (Requerimento nº 112/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Ouro Fino pelos 262º aniversário desse Município (Requerimento nº 113/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Conceição das Pedras pelo 48º aniversário desse Município (Requerimento nº 114/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Itajubá pelo 192º aniversário desse Município (Requerimento nº 115/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);



de congratulações com a comunidade de Itapeva pelo 48º aniversário desse Município (Requerimento nº 116/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Inconfidentes pelo 48º aniversário desse Município (Requerimento nº 117/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de São Sebastião da Bela Vista pelo 48º aniversário desse Município (Requerimento nº 118/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Rotary Club de Sete Lagoas pelo seu 57º aniversário (Requerimento nº 119/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Capitão Enéas pelos 48 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 134/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Instituto dos Advogados de Minas Gerais pelos 96 anos de sua criação (Requerimento nº 138/2011, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Folha de S. Paulo pelos 90 anos dessa empresa (Requerimento nº 140/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Guilherme Afonso Soares Silva, Secretário de Esporte e Lazer de Teófilo Otoni, por sua posse como Presidente do Conselho Municipal de Esportes-CME (Requerimento nº 154/2011, do Deputado Neilando Pimenta);

de congratulações com o Sr. Antônio Eduardo Martins, Prefeito de Santa Bárbara, por sua reeleição para a Presidência da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Requerimento nº 162/2011, do Deputado Tiago Ulisses);

de congratulações com o Cel. Irani Alvear Saraiva, Comandante da 2ª Região da PMMG, o Cap. Ildeu Heller Coelho Martins, Comandante da 186ª Companhia da Polícia Militar do 39º BMP, e o Maj. Carlos Alberto Sacramento, Comandante da 1ª Companhia de Missões Especiais, pelo comando de mais de 400 policiais militares que prestaram serviço de prevenção e proteção à segurança dos foliões durante o 19º desfile da Banda Mole, no Município de Contagem (Requerimento nº 203/2011, da Comissão de Segurança Pública).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

nomeando Remulo Carvalho Pinto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando, a partir de 21/3/11, Daniella Cristina Ferreira Carvalho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

exonerando, a partir de 21/3/11, Emy Dias Simões Coêlho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Daniella Cristina Ferreira Carvalho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;

nomeando Emy Dias Simões Coêlho para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando, a partir de 21/3/11, Marcos Johnson de Almeida do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Áurea Maria Pereira Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

nomeando Diego Gustavo Savini para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Lamac

exonerando, a partir de 21/3/11, Alexandre Souza Carmo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando João da Silva Filho para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2011

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 6/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 31/3/2011, às 14h30min, pregão eletrônico através da internet, do tipo menor preço anual, tendo por finalidade a contratação de empresa operadora de TV por assinatura, a cabo.



O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de março de 2011.
Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviço de conservação e limpeza. Objeto do aditamento: prorrogação em caráter excepcional. Vigência: 60 dias a partir de 25/2/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Akai Locadora de Caçambas Ltda. Objeto: coleta e remoção de entulho. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação do contrato, por 12 meses. Vigência: de 24/4/2011 a 23/4/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda. Objeto: fornecimento e implantação assistida de sistema de rede sem fio (“wireless”), bem como realização do respectivo treinamento. Objeto do aditamento: prorrogação por 12 meses. Vigência: de 3/3/2011 até 2/3/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Andradas. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 020101041227002226933903900.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do inciso II do art. 39 da Lei nº 13.163, de 20/1/99, convoco os contribuintes do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - Iplemg -, para a reunião ordinária da assembleia geral a realizar-se às 10 horas do dia 30/3/2011, quarta-feira, na sede do Iplemg, na Av. Álvares Cabral, 1.830, 5º andar, com a seguinte pauta:

I - tomar conhecimento da situação do Instituto no exercício de 2010, examinar e aprovar as contas e o relatório da diretoria (alínea “a”, inciso I do art. 31 da Lei nº 13.163, de 20/1/99);

II - eleger os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e membros da Diretoria (alíneas “a”, “b”, “c”, inciso II do art. 31 da Lei nº 13.163, de 20/1/99);

a) as chapas para as eleições do Iplemg deverão ser completas e entregues para registro na sede do Instituto, na Av. Álvares Cabral, 1.830 – 4º andar, ao Sr. João Alves Cardoso, Secretário do Conselho Deliberativo e da assembleia geral, até 72 horas antes do pleito;

b) não será considerada a assinatura de um mesmo contribuinte, para os fins previstos no inciso VIII do art. 35 da Lei nº 13.163, de 1999 - consolidada -, que figurar em mais de uma lista de apoio às chapas para as eleições do Iplemg - biênio 2011 a 2012, das 10 às 16 horas, durante a assembleia geral;

c) a legislação do Iplemg não admite que o contribuinte vote através de procurador nem por correspondência;

III - deliberar sobre assuntos gerais de interesse do Instituto (alínea “b”, inciso I do art. 31 da Lei nº 13.163, de 20/1/99).

Belo Horizonte, 18 de março de 2011.

Gerardo Renault, Presidente do Iplemg.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 18/3/2011, na pág. 47, col. 3, sob o título “Gabinete do Deputado Jayro Lessa”, onde se lê:

“Rejane Maria de Oliveira”, leia-se:

“Regiane Maria de Oliveira Gonçalves”.